



ACTA N.º 05/2007

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE SETEMBRO DE 2007

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, no Auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes : Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, António Sequeira que foi substituído pelo senhor António Pereira Fernandes, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Memória que foi substituído pelo Secretário da Junta senhor Manuel Costa Santos, António Febra Presidente da Junta de Freguesia de Maceira que foi substituído pelo Tesoureiro senhor José Grosso, José Verdasca Rodrigues, e Carlos Gomes Luso que foi substituído pelo senhor Nuno Santo .

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães e Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Paulo Reis e Ana Cristina Branco, 1º e 2º secretários da Mesa respectivamente.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, **nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
2. XVI MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 1ª REVISÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
3. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2008 – **Apreciação, discussão e votação;**



4. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2008 – **Apreciação, discussão e votação;**
5. NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, DE ACORDO COM O ART.º 48º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO – **Apreciação, discussão e votação;**
6. EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA ATÉ AO MONTANTE DE €12.644.526,00, DO BANCO DÉXIA - ADITAMENTO AO CONTRATO DE MÚTUO – **Apreciação, discussão e votação;**
7. EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA ATÉ AO MONTANTE DE € 9.700.000,00, DO BANCO DÉXIA SABADELL BANCO LOCAL SA- ADITAMENTO AO CONTRATO DE MÚTUO – **Apreciação, discussão e votação;**
8. ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES- **Apreciação, discussão e votação.**
9. PAINÉIS PUBLICITÁRIOS NA ÁREA DA CIDADE DE LEIRIA (ZONA URBANA) – SUSPENSÃO DOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO – **Apreciação, discussão e votação;**
10. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º T102/95 – PAVILHÃO DESPORTIVO DA FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – **Apreciação, discussão e votação;**
11. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 628/06 - AVIFRAN – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA - AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – **Apreciação, discussão e votação;**
12. REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ACTIVIDADE FÍSICA, DESPORTO E JUVENTUDE – **Apreciação, discussão e votação;**



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de dar início aos trabalhos, gostaria de vos dar a seguinte informação:

Anteriormente a esta Assembleia, reuniu o Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Leiria, onde foi dada a posse a alguns dos membros que não tinham sido investidos naquelas funções, aquando da instalação daquele órgão. Uma das pessoas que deveria ter sido empossada era a senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes, Sofia Carreira, que não estava presente no início daquela reunião, mas julgo que já está presente e vou chamá-la para tomar posse, perante a Assembleia Municipal, testemunhada por todos os membros da Assembleia. Peço



então à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, para vir assinar o termo de posse.

Muito boa noite a todos!

Senhores deputados, senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, espero que todos tenham tido umas boas férias, que estejam aptos para enfrentar este novo ano de trabalho, que venham hoje com muita genica, enfim, dar-vos as boas vindas e cumprimentá-los a todos.

Cumprimentar também os secretários da Mesa, a senhora Presidente da Câmara, os senhores vereadores, os senhores membros da Comunicação Social e os elementos do público, e esperar que esta reunião cumpra os seus objectivos e que seja proveitosa para todos.

Nós temos dois períodos de discussão, o de “antes da ordem do dia” e o da “ordem do dia” e quando chegarmos a este segundo período, teremos dois assuntos novos para agendar. E como é do Regimento, esta alteração à ordem do dia, será apreciada e votada.

Entretanto, quero informar que há três pedidos de justificação de ausência de senhores deputados, em que cada um indica o seu substituto, a saber: o senhor António Sequeira que é substituído pelo senhor António Fernandes, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Memória que indica em sua substituição o secretário da Junta, o senhor Manuel Costa Santos, e o senhor Carlos Gomes Luso, que indica como seu substituto o senhor Nuno Santo.

Relativamente à correspondência recebida, não tenho nada de específico a notar para além dos vários convites que me foram endereçados. Se alguém desejar conhecer mais a fundo esses documentos, estarão à vossa disposição.

Finalmente, temos a questão da apreciação e votação da acta da última sessão. Relativamente a este assunto, mais uma vez tenho que lamentar o sucedido à semelhança do que aconteceu com a acta da sessão de Abril. Julgo que a maior parte dos senhores deputados já sabem, tentámos contactar alguns dos deputados que tinham intervindo, e efectivamente houve pela segunda vez consecutiva, uma falha do equipamento. Na primeira vez pedi justificações e foram-me dadas justificações, a segunda vez pareceu-me um pouco menos admissível e aliás, procurei saber que alternativas teríamos em relação a esta questão da gravação das sessões da Assembleia Municipal. O que se passa, e foi-me enviada correspondência tratada com os próprios fornecedores do equipamento e software, é que o novo equipamento de



gravação digital, sem que isso estivesse especificado nas características do equipamento, tem uma capacidade de armazenamento muito limitada, o que significa que ao fim de cento e oitenta minutos corta e acabou. Contudo, espero que desta vez este problema não se coloque, o senhor Veríssimo já foi alertado nesse sentido e portanto peço mais uma vez a vossa compreensão e também o agradecimento à D. Teresa, que andou à procura, tanto quanto nos era possível saber, das intervenções mais relevantes e com maior complexidade. Alguns dos senhores deputados tinham-nas escritas e por isso eu digo, que se as trouxerem manuscritas é um bom auxílio, se elas forem enviadas por e-mail ou por qualquer outro meio que evite que tenham de ser dactilografadas de novo, é uma dupla ajuda. Feita deste modo e todos tiveram acesso à acta, eu próprio a consultei, pareceu-me que ela reflecte satisfatoriamente aquilo que se passou na última Assembleia. Assim sendo eu pergunto, se independentemente dos problemas técnicos, alguém pretende dizer alguma coisa? Não havendo vou colocar a acta da sessão ordinária de 28 de Junho de 2007 à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Junho de 2007.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de dar a palavra neste período, foi aqui sugerido por alguns senhores deputados, que o aditamento daqueles dois pontos que eu referi no início da sessão, fosse apreciado neste período, ao que a Mesa não se opõe.

O primeiro assunto é da responsabilidade do Pelouro da Cultura e tem a ver com um pedido de autorização para entrada livre no Castelo - isenção de taxa de entrada em dias comemorativos, com efeitos retroactivos ao dia de ontem e hoje, até ao próximo dia sete de Outubro. Portanto, se estiverem de acordo, este será acrescentado à ordem de trabalhos como ponto n.º 13.

O outro ponto, que será o n.º 14, é a apresentação do Relatório da Comissão constituída por deliberação da Assembleia Municipal, com o objectivo de avaliar as circunstâncias que conduziram à decisão de alugar um gerador, para apoio ao Complexo Municipal de Piscinas de Leiria.

Eu pergunto se alguém se opõe, a que seja efectuada esta alteração à ordem de trabalhos?



Ninguém se opõe, ficam aditados estes dois pontos.

Não temos inscrições do público para intervir, havia uma mas foi cancelada à última da hora, vamos por isso entrar no período de “Antes da Ordem do Dia”

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Inscribe-se o senhor António Fernandes. Faça favor!

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)

António Fernandes, Partido Socialista.

Muito boa noite!

Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas Deputados.

Aceitando o desafio do senhor Presidente, de não me alongar na minha exposição, eu quero desde já referir a indignação que sinto como residente e comerciante na zona histórica de Leiria, pelos acontecimentos surgidos no passado Domingo, dia 16 de Setembro, acerca da intempérie que assolou Leiria. Não me quero alongar muito porque também já ontem tive uma conversa com o senhor vereador Fernando Carvalho, que tentou de alguma forma justificar essas anomalias verificadas em Leiria. As anomalias que houve foram cheias, prejuízos, uma má imagem para Leiria, que realmente está condenada a viver pelo bem e pelo mal com a água, devo acrescentar, nessa situação de intempérie fora do comum que como todos nós sabemos, aconteceu.

Eu devo lembrar o senhor vereador Fernando Carvalho, que em muitas alturas que não chove tanto como choveu nesse dia 16, acontece o mesmo não com a mesma gravidade que aconteceu nesse Domingo. As sarjetas senhor vereador, desde já informo que continuam sempre entupidas, e o facto dos sumidouros e das sarjetas estarem entupidas, causa cheias constantes. Basta chover e não é preciso com muita intensidade, um pouco mais que o habitual, para que toda aquela zona do Largo Marechal Gomes da Costa, Rua João de Deus e até mesmo a zona do Gato Preto, fique inundada. Acontecem situações bastantes graves, dado o aumento do nível da água e as sarjetas não dão vazão a tanta água da chuva.

Portanto, eu deixo uma recomendação à Câmara, para que de uma forma regular, possa haver mais cuidado que lazer, na zona histórica, relativamente às sarjetas.

O outro ponto que também me traz aqui, é sobre o trânsito na cidade.



Nós sabemos que o trânsito caótico que existe no IC2, é um sinal negativo para a zona de Leiria, para a cidade de Leiria. Agora não é a IC2, é a IC1 ou a estrada principal n.º 1, que atravessava a cidade de Leiria e que compreende a Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, tabular à 5 de Outubro, e que se prolonga além pela cidade. Isto deve-se a quê? Deve-se na verdade às obras que estão a ser feitas na Rua Machado dos Santos e que faz com que o trânsito pare, entupa, e demora-se largos minutos para se atravessar o centro da cidade de Leiria.

Eu deixo uma recomendação à Câmara, para que estude melhor a situação, a fluidez de tráfego, porque há situações em que se pode melhorar de forma a que possa salvaguardar os prejuízos que vão causar certamente aos moradores e aos comerciantes. A zona começa a ser intervencionada, aliás já está, o tempo chuvoso aproxima-se, aproxima-se também a época natalícia, uma altura de muito movimento na cidade, e urge com bastante rapidez tomar uma decisão para maior fluidez de trânsito.

Disse senhor Presidente! Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado António Passadouro.

DEPUTADO CARLOS PASSADOURO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira)

Carlos Passadouro, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores Vereadores, Excelentíssimos senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores!

No passado dia 8 de Agosto, recebemos na Freguesia da Bidoeira, o documento do estudo prévio de impacte ambiental da Linha de Alta Velocidade – TGV, correspondente ao troço Alenquer/Pombal. Este documento, que logo nos pareceu ser muito incipiente, face à matéria a tratar, mereceu alguns reparos da parte da nossa Junta face ao proposto. De imediato fizemos sentir os nossos receios e as nossas muitas dúvidas referentes ao estudo apresentado, à Agência Portuguesa do Ambiente, que nos remeteu para uma reunião com todas as autarquias e demais entidades interessadas, a realizar em Lisboa no passado dia 19, a qual também nos mereceu reparos pela quantidade de pessoas envolvidas, que pelo local de realização seria por demais inconsequente. Tal estudo, prevê o atravessamento da nossa



freguesia por essa via férrea em três locais distintos, sendo que em dois deles, se sobrepõe à malha urbana já edificada, cortando ao meio o lugar da Bidoeira de Cima, e no terceiro se propõe um traçado, numa zona tangente à mesma, mas mesmo assim interferindo directamente e ao nosso ver, pelo seu curto afastamento.

Nos vários traçados que interferem com a nossa freguesia, não constatamos que estejam acautelados os interesses da população e do meio ambiente, nomeadamente no que diz respeito à sobreposição do troço com o importante lençol freático nas zonas em que o atravessamento é feito em túnel, e das vias de circulação secundárias e caminhos florestais nos locais em que o traçado é a céu aberto, já que se prevê que o seu desvio paralelo à linha, até à distância de um quilómetro, vede assim o acesso às propriedades agrícolas e florestais, advindo daí os prejuízos inerentes ao mesmo.

Não observamos que fosse tido em conta, o impacte do ruído produzido pela circulação dos sessenta e quatro comboios diários referidos no estudo e só com os quais a linha é viável. Mais uma vez e quanto a linhas de circulação existentes, permitam-me, senhor Presidente e senhores deputados, que cite uma pequena passagem do estudo a que a elas faz referência, em critérios para o restabelecimento de vias municipais e locais. Diz:

“Em zonas urbanas ou com edificações dispersas, onde se verifica um número considerável de intersecções, apenas algumas vias serão restabelecidas, mantendo-se funcional a rede viária existente, à custa sempre de possível redefinição das circulações nas vias transversais existentes, bem como, a caminhos paralelos que permitirão a ligação entre as vias restabelecidas e as não restabelecidas. No que diz respeito à rede de caminhos rurais, apenas alguns serão restabelecidos.”

Os critérios de restabelecimentos e não restabelecimentos, estranhamente, não são citados!

Manifestamos ainda a nossa preocupação, pelo facto de nos mapas de ordenamento do território que nos são facultados, à data ser completamente omissa a previsibilidade desta obra, que se anuncia dever estar concluída em 2015, quando sabemos dos estudos já estarem anunciados há alguns anos.

Como cidadão e como contribuinte, sou bastante céptico quanto à oportunidade de realização de tal obra. Não sou contra o progresso, sou sim contra o desenvolvimento não sustentado e a qualquer preço.



Do ponto de vista de mobilidade interurbana, é certo que a cidade de Leiria poderia beneficiar com o actual desenho do TGV, ficando a menos de uma hora do aeroporto internacional da Ota caso venha a ser construído, e com ligações mais facilitadas ao Norte de Portugal . Mas há que ver o racional da questão, Leiria já está servida por duas auto-estradas que a colocam a pouco mais de uma hora da capital. Não será mais conveniente para o distrito, uma aposta na modernização da linha do Oeste, com a criação de interfaces competitivos com os portos marítimos de Aveiro e da Figueira da Foz e com ligações viáveis à linha do Norte? Uma linha do Oeste modernizada para o tráfego misto de mercadorias e passageiros, que servisse os principais pólos urbanos e industriais do concelho, serviria muito melhor os interesses regionais e do País e ainda com muitíssimos menos custos de toda a espécie. Portugal, deverá ser o país da Europa comunitária, com maior rácio de tonelagem de mercadorias a circular em camião, advindo daí as consequências conhecidas no que concerne ao impacte ambiental provocado por estes, com o ascendente do tráfego rodoviário e com a sinistralidade e atrofio das nossas principais vias de circulação.

Espero ainda que a tal obra anunciada, não seja mais uma reedição do triste espectáculo do Metro do Sul do Tejo, que custou milhões ao erário público e que neste momento tem uma ocupação média de quatro passageiros por carruagem.

Por isso senhor Presidente e senhores deputados, um investimento de mil cento e trinta milhões de euros só neste troço, a preços de 2007, para que se ganhe meia hora no trajecto Lisboa /Porto, parece-nos manifestamente muito face às carências básicas que teimam em persistir no nosso País, sendo que quando se prevê atingir um volume de 3,5 milhões de passageiros a circular na linha, no primeiro ano de exploração, de 4,7 milhões no décimo, e de 11,7 milhões de passageiros no ano de 2030, considero pressupostos demasiadamente realistas, tendo em conta não só as dimensões como a estrutura do nosso País. De qualquer forma, e para que à data da execução da obra não se venham a verificar situações sempre lamentáveis, semelhantes às ocorridas à data da construção do gasoduto e mais recentemente da A17, e a bem do esclarecimento cabal das populações, venho solicitar a esta Assembleia a apreciação da seguinte moção que entrego à Mesa. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, é melhor ler já a moção!



DEPUTADO CARLOS PASSADOURO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira)

Mocção

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 28 de Setembro de 2007, considerando que a obra do projecto de ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto, lote C1 troço Alenquer/Pombal, poderá trazer às populações visadas pelo seu atravessamento, uma perda substancial da sua qualidade de vida, nomeadamente no troço que se sobrepõe à Freguesia da Bidoeira de Cima, face ao indicado no estudo, delibera recomendar à Agência Portuguesa do Ambiente e ao consórcio promotor do estudo de impacte ambiental, para que faça deslocar às freguesias os técnicos responsáveis pela sua execução, a fim de explicar em concreto os pormenores de execução da obra, os locais exactos do atravessamento e as condicionantes que as populações terão de enfrentar, após a sua conclusão.

Recomenda ainda à Câmara Municipal de Leiria, como entidade que representa os munícipes da Freguesia de Bidoeira de Cima, para que sustentada com pareceres, interceda junto do consórcio RAVE e da Agência Portuguesa do Ambiente, a fim de serem eliminados do projecto os traçados que se sobrepõem às zonas urbanas. Recomenda ainda à RAVE, à Agência Portuguesa do Ambiente e aos autores do projecto, que estudem outras alternativas/traçado além das que interferem com as zonas urbanas, e que nas vias a construir, sejam tidos em conta os anseios das populações e a defesa e manutenção do seu nível de vida e do meio ambiente.

Muito obrigado!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado João Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

DEPUTADO JOÃO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite.

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

O que me traz aqui é uma situação idêntica à que o meu colega da Bidoeira falou, mas em relação a Regueira de Pontes.



A freguesia de Regueira de Pontes provavelmente será das freguesias, a mais atingida por esta linha de alta velocidade. Para terem uma noção, atravessa exactamente a meio da freguesia, estamos a falar aqui da zona industrial e Regueira de Pontes, que vai ser cortada, vão ser demolidas empresas importantes não só para a freguesia mas para o concelho, vão ser destruídas casas, vai ser destruído um Jardim de Infância, vai ser destruída a exploração de inertes, vão ser destruídas pecuárias neste traçado, só em Regueira de Pontes. Ontem, houve em Regueira de Pontes uma reunião com a população de Regueira de Pontes, que eu convoquei, para analisar esta situação. Foi mostrado o mapa com o traçado de alta velocidade na zona de Regueira de Pontes, estamos a falar de cerca de quatrocentas pessoas no salão paroquial, e aquilo que eu vi foi o choque ao perceberem exactamente a dimensão do que eu poderia chamar, uma catástrofe em Regueira de Pontes. E por isso mesmo, tenho aqui casos de pessoas que vão ter essa situação brevemente, em que as casas vão abaixo, queria apresentar duas moções em relação a este traçado da linha de alta velocidade. Eu penso que é muito parecida com aquela que revela a preocupação da população de Bidoeira de Cima, mas eu passo a ler e depois se o senhor Presidente quiser fundir as duas moções...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Se forem parecidas nem sei se vale a pena apreciar as duas. O que eu ia sugerir é que se juntassem e tentassem fundi-las numa única moção.

DEPUTADO JOÃO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Queria também só fazer aqui uma ressalva em relação ao tratamento deste assunto, na Freguesia de Regueira de Pontes. Eu não estou só a falar na minha freguesia, na medida em que estas questões são também importantes para o concelho. São investimentos que foram feitos pela Câmara, como é o caso do Jardim de Infância, e são recursos do próprio concelho que estamos a falar que vão ser perdidos.

Então passava a ler as moções e a primeira moção é contra o traçado da linha de alta velocidade na Freguesia de Regueira de Pontes-Leiria.

Moção

O traçado previsto pela linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto passando pela Freguesia de Regueira de Pontes irá ter impactes sociais e económicos de grande



gravidade no futuro desta freguesia, pelo que, se apresenta esta moção pelos seguintes motivos:

- Esta opção vai dividir a meio esta freguesia, impedindo o acesso a propriedades e famílias;*
- Vai cortar a meio uma zona industrial consolidada e prevista em PDM do concelho de Leiria, prevendo-se a demolição de armazéns e sedes de empresas de grande importância para a freguesia e para o concelho;*
- Estão previstas demolições de várias habitações recentes;*
- Está prevista a demolição ou abandono do único Jardim de Infância da freguesia, que tem a sua ocupação completa e é insuficiente para a procura que está registada;*
- Está em causa uma exploração de inertes coincidente com o traçado;*
- Estão em causa explorações de suiniculturas de grande relevo, que são o sustento de numerosas famílias da freguesia e contribuem grandemente para o tecido económico do concelho;*
- Não existem garantias de ressarcimento justo da perda destes bens nem para a perda da área industrial limitada pelo PDM, que foi patente nas expropriações efectuadas nesta freguesia pela passagem da A17, do gasoduto e da rede eléctrica de alta tensão.*
- O recente decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, impede qualquer construção nas áreas florestais ou outras não habitacionais, a não ser que sejam adquiridas áreas muito superiores àquelas previstas em PDM, o que vai impedir o deslocamento das suiniculturas em vias de demolição.*
- Não existem garantias de ressarcimento justo pela perda da área industrial limitada pelo PDM em Regueira de Pontes nem da criação de nova área industrial para substituir.*

Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Setembro de 2007, pele à RAVE, às entidades competentes do Governo do País, a alteração do traçado previsto na linha de alta velocidade, de modo a que se minimize o impacto socio-económico que irá ter na freguesia de Regueira de Pontes.

A outra moção, é uma moção contra a construção da própria linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto e diz assim:

Mocção



A Assembleia Municipal de Leiria reunida a 28 de Setembro de 2007 vem recusar a construção da linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto pelos seguintes motivos:

- Os comboios de alta velocidade permitem a ligação entre grandes centros urbanos situados a grande distância pelo que é uma alternativa ao transporte aéreo, situação que não se verifica nos 300 km que separam Lisboa e Porto com paragens em Ota, Leiria, Coimbra e Aveiro.*
- A rentabilidade desta opção de transporte é discutível uma vez que os custos de construção e manutenção são enormes.*
- O nosso País não tem condições económicas para optar por este meio de transporte, neste percurso, correndo o risco de somar uma nova empresa deficitária que será sustentada com os impostos dos portugueses, como foi já sugerido pela senhora Secretária dos Transportes para a linha Porto/Vigo.*
- O comboio de alta velocidade não irá reduzir substancialmente a emissão de CO2 para a atmosfera uma vez que não irá existir transporte de mercadorias, continuando estes a ser efectuados por via rodoviária.*
- Subsiste a dúvida se o custo do transporte em alta velocidade irá por competir com o custo da viagem de automóvel de uma família de Leiria a Lisboa ou de Coimbra ao Porto, pelo que certamente irá reduzir o número de utentes previstos.*
- Não existem garantias da intermodalidade com a linha do Oeste pelo que o abandono desta linha irá perpetuar-se e continuará a ser mais uma despesa nos impostos dos portugueses.*
- O desinteresse no investimento na linha do Oeste que deveria ser duplicada e electrificada com o traçado corrigido de modo a ser utilizado por comboios de velocidade elevada (pendulares), utilizando a bitola europeia e permitindo o transporte de mercadorias, criando plataformas logísticas nos centros industriais, na proximidade do percurso desta linha, de modo a tornar atractivo este transporte ferroviário tanto para as empresas como para o cidadão, e minimizando ao máximo os impactos socio-económicos no Litoral Oeste como Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça, Marinha Grande, Leiria e Figueira da Foz, entre outras.*
- A perda de importância da Linha do Norte após o imenso investimento que lá foi feito e que correrá o risco de se tornar mais uma nova Linha do Oeste.*



- *A dúvida na construção do aeroporto da Ota, que a não ser feito, irá reduzir o número de utentes no comboio de alta velocidade contribuindo para a dificuldade da sua rentabilização.*

Apor estes motivos a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Setembro de 2007 pede à Assembleia da República e às entidade competentes do Governo do País, a anulação da decisão do investimento na linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto, ponderando o investimento na linha do Oeste como alternativa.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira!

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Cumprimento todos os presentes!

Antes de falar do programa Polis, não quero deixar de felicitar a Juventude Vidigalense pela brilhante actuação na Europa, na Taça dos Campeões Europeus de Atletismo em Juniores, em que foi tão só, a vencedora do Grupo B.

O nosso obrigado sobretudo porque vieram comprovar o que todos sabemos e continuamos a esquecer, é que é fundamental nos dias de hoje, a aposta na formação. Fizeram-no e venceram!

O programa Polis tinha como base na sua criação, a requalificação das margens do Rio Lis, a criação de percursos pedonais, a criação de ciclovias, a requalificação do espaço público, aumentando as áreas reservadas aos peões e melhorando a qualidade de vida urbana, bem como, a criação de parques e jardins e de zonas verdes, enfim e em resumo, contribuir para uma melhor qualidade de vida dos munícipes. E dizemos bem alto e sem qualquer reбуço, que valeu a pena a obra que foi feita, que melhorou sem dúvida a cidade e a nossa qualidade de vida. Só que, quem anda pelas zonas intervencionadas, verifica que mesmo antes da inauguração, efectuada há muito pouco tempo, já se notavam deteriorações nas diversas áreas, como entre outras o bebedouro do parque de S. Romão, que nunca funcionou e já está degradado. Desde há uns meses a esta parte que se verifica muitas tábuas retiradas dos seus locais, nas diversas plataformas existentes, sobretudo no parque de S. Romão. Estas não só não foram recolocadas mas como desapareceram uma ou outra. As ervas daninhas crescem entre as tábuas e não se percebe como se deixou



que tal acontecesse e proliferam ao longo dos caminhos. O rio não é limpo como é obrigação camarária e por incrível que vos pareça, os campos de ténis não funcionam porque se esqueceram de fazer a ligação das águas para os balneários.

A eliminação do percurso pedonal começa a revelar problemas em diversas zonas e faltando com inusitada frequência. Os sanitários, mesmo provisórios, no parque de S. Romão continuam inexistentes, apesar da promessa camarária em sentido contrário. Há pois por parte da maioria dos cidadãos, a sensação desagradável que o executivo camarário não tem o mínimo de condições para manter as obras já efectuadas pelo programa Polis, o que é deveras chocante, sobretudo se tivermos em conta o quão importante ele é para a cidade e para nós, cidadãos de Leiria.

Cabe-nos a nós, membros da Assembleia Municipal, actuar com celeridade a fim de evitarmos a continuação desta degradação e o desmoronamento de obra tão importante.

E é neste sentido, de fiscalizar e pressionar o executivo para que mantenha em boas condições o programa Polis, que propomos a esta Assembleia que nomeie uma Comissão ou um grupo de trabalho, ou uma Comissão de Acompanhamento com esse fim e que poderá e deverá incentivar a formação de grupos de cidadãos como já existem noutros locais, para se associarem de modo a que também eles criem organizações de protecção e desenvolvimento do programa Polis. E junto aqui uma moção neste sentido:

Mocão

Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão camarário deliberativo, por excelência;

Considerando que esta mesma Assembleia é também o órgão mais representativo dos munícipes;

Considerando que o programa Polis teve um impacte extremamente positivo na cidade de Leiria, mas que começa a apresentar muitas zonas de deterioração, vem propor-se a esta Assembleia:

1 – Que seja constituída uma comissão de fiscalização e de acompanhamento, em que estejam representados todos os partidos, no sentido da manutenção em boas condições de todas as obras realizadas pelo programa Polis e sua valorização.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha!



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Boa noite, João Cunha, PSD.

Eu venho aqui hoje com dois sentidos. O primeiro para vos dar conta que esta tarde decorreu aqui, nestas mesmas instalações, uma reunião do Conselho Municipal de Segurança na qual o Partido Social Democrata também está representado, em que tivemos a oportunidade de ouvir uma apresentação feita pelos elementos das forças de segurança, GNR e PSP, sobre alguns dos indicadores, pela forma como tem sido abordada esta questão da segurança no nosso concelho.

A nós, penso que compete registar o esforço que tem sido vindo a ser feito pelas forças de segurança e disso mesmo demos conta no Conselho Municipal, no sentido de, com os recursos que têm ao seu dispor, fazer face a alguns dos índices de criminalidade e daquilo que é necessário fazer em termos de prevenção, para que a sociedade possa viver tranquila e para que possa usufruir do seu bem-estar e da sua qualidade de vida. E também dissemos que nos congratulávamos com o facto de estar para breve a abertura na Freguesia de Marrazes, de uma nova esquadra da PSP.

Mas queríamos acrescentar e também o dissemos nesse Conselho Municipal de Segurança, que era necessário ir um pouco mais longe e estender a outras áreas urbanas de alguma densidade, um apoio muito mais intenso relativamente a esta matéria. Referia-me no caso da vertente, à Freguesia da Maceira que começa já a justificar que haja um apoio muito claro em relação a essa matéria. Há outras freguesias aqui em redor (Pousos, Parceiros), que também já começam a justificar. Mas efectivamente neste caso concreto, a Freguesia da Maceira, como terceira freguesia em termos de densidade populacional, já começa a justificar de facto essa estrutura de apoio.

Por outro lado, também queria aqui deixar um outro ponto que tem a ver com a questão da aproximação da época das chuvas e a necessidade de nas grandes vias de acesso à cidade, nomeadamente as vias principais, serem cortadas ervas em que algumas atingem já uma dimensão razoável e que perturbam a visibilidade dos automobilistas, e também a questão da qualidade e da limpeza dos sinais de trânsito.

Sei que nas vias camarárias tem havido um esforço notável para que os sinais estejam efectivamente em condições, isso mesmo se regista, mas é preciso ir um



pouco mais além e precaver realmente a sinistralidade rodoviária, que deve ser tomada também por esta via.

Queria também dar-vos aqui nota relativamente à questão do TGV, que foi aqui elencada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, que é algo que merece uma atenção muito especial no nosso concelho, na medida em que o atravessamento se verifica nalgumas zonas. E as preocupações que aqui vieram trazer, a propósito do impacte desta infra-estrutura, naturalmente são preocupações legítimas que nós todos temos que olhar para elas. Mas também é preciso dizer, que esta infra-estrutura é uma infra-estrutura necessária para o País, que pode viabilizar digamos assim um crescimento económico e uma projecção do País a um outro nível.

E eu pedia, essa sugestão já aqui foi feita, que os senhores Presidentes de Junta se reunissem e fundissem essas moções, retirando talvez alguma da carga que possa ser um pouco mais polémica, e que encontrem uma base comum que toda a Assembleia possa sufragar, que é penso eu preocupação de todos, que essa questão fique salvaguardada e que as populações e o tecido económico da região sejam efectivamente salvaguardados. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Carlos André!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Mesa, senhora Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais!

Dois assuntos me trazem aqui. Um que tencionava falar, o outro que me surgiu na sequência de intervenções anteriores.

O primeiro é um assunto banal, diria mesmo um assunto corriqueiro. Lidamos com ele todos os dias, chutamo-lo a pontapé, pisamo-lo, temos com ele uma relação de amor/ódio, amor porque o produzimos, ódio porque o rejeitamos e o deitamos fora. Refiro-me bem entendido, ao lixo! É um assunto que não traria aqui, se o mail que



enviei à senhora Presidente da Câmara Municipal, durante este Verão, tivesse no caso concreto tido sequência. Mas de facto neste particular não teve, e portanto faço questão de o trazer aqui e peço desculpa aos membros desta Assembleia, pela primeira vez trazer aqui uma questão que tem a ver directamente com a minha terra, ou seja a Freguesia de Monte Real, embora tanto quanto sei não diga apenas respeito a essa freguesia.

Refiro-me ao lixo por uma razão muito simples e isto traduz-se em duas ou três palavras.

Sei que a empresa que recolhe o lixo não é a Câmara Municipal, mas, enfim, é um concessionário, a Câmara Municipal tem sobre essa empresa uma relação que lhe permite ter algumas exigências. Essa empresa tem o seu calendário, que não é contestável, de recolha de lixo nas várias freguesias do Concelho de Leiria. Acontece que esse calendário, parece, é insensível ao facto de o concelho de Leiria ser um concelho com turismo e o turismo significa população mais intensa nalgumas épocas do que noutras, significa uma actividade sazonal que carrega população para algumas localidades. É o caso concreto de Monte Real, como é o do Pedrógão, como será o de outras localidades.

Monte Real muito concretamente, durante os meses de Verão é insuportável, sublinho, insuportável! O cheiro é nauseabundo, ao fim de dois dias os contentores deitam fora, eu estou lá dou-me conta disso, e os cheiros são perfeitamente intoleráveis. Isto acontece ciclicamente durante o Verão. Era perfeitamente evitável! Eu compreendo que haja um calendário de Inverno, em que Monte Real é uma aldeia pacata, com uma população que não direi escassa mas apesar de tudo diminuta, mas isso não acontece durante o Verão, onde essa população quase decuplica e portanto, é preciso ter isso em conta. Isto é claramente visível, aconteceu nos meses de Julho, Agosto, Setembro, já este mês em minha casa me dei conta, porque tenho um contentor à frente da minha porta, mas não é por isso que me queixo, dei a volta à vila e dei-me conta de que isto se repete.

Eu apelava à Câmara Municipal para que fosse sensível a este problema, que corrigisse este problema, até porque dá uma má imagem do nosso concelho aos turistas que nos visitam.

Um outro aspecto relacionado ainda com o lixo, tem a ver com uma questão muito simples. Aqueles grandes contentores para recolher aquilo que as pessoas dizem “os monstros”, no caso específico de Monte Real mas aí visitei outras freguesias, são



lixeiros a céu aberto. Saímos da ponte em Monte Real no sentido Várzeas/Vieira, à saída da ponte, do lado direito, está uma lixeira a céu aberto. Portanto, seria conveniente acautelarmos também este aspecto, ainda por cima nesse sítio está escrito "Câmara Municipal de Leiria". Neste aspecto já não é propriamente a empresa que fica mal vista, porque está lá, fui lá ver, podia ter trazido uma fotografia, Câmara Municipal de Leiria, e tudo aquilo está cheio e à volta uma perfeita imundice que não é nada agradável de se ver.

O segundo aspecto tem a ver com esta questão do TGV se o senhor Presidente me permite, porque talvez acautelemos o eventual consumo de tempo na discussão das moções, por uma razão muito simples.

Eu sou, o Partido Socialista é, particularmente sensível às preocupações dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Faço de resto minhas, as palavras do senhor deputado João Cunha, quando nos disse que há aqui um problema de desenvolvimento (ele não disse por estas palavras) e há um conflito com os interesses de algumas populações, aquilo que o senhor deputado disse aqui uma vez, o fenómeno do "nimby" (not in my backyard), as pessoas não querem as coisas no seu quintal embora queiram o desenvolvimento. Mas devemos ser particularmente sensíveis às questões que foram aqui abordadas, com toda a legitimidade, pelos senhores Presidentes de Junta da Freguesia da Bidoeira e de Regueira de Pontes. Claro que não concordo, o Partido Socialista não pode concordar, e presumo que a maioria desta Assembleia não concordará, que se apele para que não haja linha de alta velocidade em Portugal. Claro que também não concordo, suponho que esta Assembleia não concordará, que se apele ao Governo que se desloque o traçado desta linha, porque deslocamo-lo para onde? Para a Freguesia de Amor? De certeza que não quer! Deslocamos para Santa Eufémia? Também não vai querer. Não sei se o senhor Presidente da Assembleia gostará que se desloque para a freguesia dele, fica ali perto também, mas se calhar também não quer e não temos sítio por onde passar, então passamos para o lado de lá da Serra D'Aires e Candeeiros. Não queremos com certeza isso, porque nós queremos uma estação de TGV em Leiria. Todos queremos isso!

De maneira que eu atrevia-me, se o senhor Presidente me consente, a apresentar uma moção alternativa àquelas que foram apresentadas, e nela aceitaria a assinatura de quem a quisesse subscrever, porque é uma moção muito simples mas também muito clara:



Mocção

“ O futuro traçado do TGV – Linha de Alta Velocidade, por aquilo que se conhece, é susceptível de lesar gravemente a qualidade de vida de algumas populações do concelho de Leiria (Regueira de Pontes e Bidoeira são dois exemplos, entre outros) e pôr em causa a continuidade de diversas actividades económicas. Talvez assim não seja ;mas esta é uma suspeita que os estudos até agora divulgados propiciam.

Se assim for, é legítimo reflectir sobre o conflito de direitos que assim se desenha: o direito ao desenvolvimento, mas, por outro lado, o direito das populações à qualidade de vida.

Porque assim é, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Setembro de 2007, delibera:

- 1. Alertar os órgãos do Poder Central para os riscos acima expostos e reclamar as medidas necessárias a que sejam acautelados.*
- 2. Exigir à RAVE e demais entidades competentes a discussão local, com a presença de responsáveis e técnicos, por forma a esclarecer as populações, mas também com o fim de as ouvir, com sensibilidade para as suas preocupações.*
- 3. Recomendar à Câmara Municipal o acompanhamento atento de todo este processo.”*

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Como é evidente a Mesa não se opõe, até concorda com esta metodologia, mas está contudo dependente da vontade dos apresentantes das moções anteriores, se a desejam retirar ou não, ou se preferem até ainda contribuir para a modificação desta moção, de modo a que nós não tenhamos que votar três moções mas votemos apenas uma delas.

Faça favor senhor Presidente!

DEPUTADO JOÃO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.



Eu relativamente à primeira moção, admito fundi-la com a do meu colega da Freguesia da Bidoeira, uma vez que elas são idênticas em termos de preocupações incluindo as situações que existem em Regueira de Pontes e na Bidoeira.

Quanto à segunda moção, a mim impede-me como português, de retirar esta moção e sujeito-a à votação desta Assembleia! Eu não consigo retirar esta moção porque reflecte exactamente aquilo que eu penso sobre o assunto. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Portanto a primeira moção não retira. Relativamente à segunda, está disposto em conjunto com o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Bidoeira e com o senhor deputado Carlos André chegarem a um texto comum. E para isso a Mesa sugere e se estiverem todos de acordo, que entre este período e o período da ordem do dia, para este caso concreto, se faça um pequeno intervalo para redigirem o texto e depois reatamos os trabalhos de imediato.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia. Faça favor!

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Foi no sentido de proporcionar um novo serviço à Comunidade e suscitar um aprofundamento das competências dos alunos do 1º Ciclo, que o actual governo decidiu introduzir as chamadas Actividades de Enriquecimento Curricular, nomeadamente a iniciação ao Inglês e outras actividades do domínio das expressões. Tal medida, mereceu o amplo apoio da sociedade portuguesa, devido ao seu carácter inovador e por lhe ser reconhecido um impacto muito positivo no nosso futuro.

É, também, de salientar que, apesar de disporem de pouco tempo e pouca experiência para aplicarem tais medidas, as autarquias locais tentaram corresponder ao desafio de generalização dessas actividades.

Acontece que, já no presente ano lectivo, se começaram a notar, no nosso Concelho como noutros, falhas na sua aplicação e, mais grave, na própria qualidade pedagógica do serviço prestado. Desconhecemos quais os critérios que presidiram aos concursos de selecção de candidaturas e, nalguns casos, à substituição das instituições prestadoras dessas actividades, mesmo quando a avaliação do seu trabalho foi, aparentemente, positiva. Não queremos abrir polémica com esta questão educativa, que deve ser tão consensual quanto possível, mas sim chamar a



atenção da Autarquia para a necessidade da monitorização da qualidade pedagógica do serviço e do acompanhamento mais apertado dos recursos humanos e materiais utilizados, já que se trata de uma medida estratégica para o desenvolvimento da qualificação dos jovens leirienses.

Sabemos que as verbas são escassas, mas não podemos submeter a Educação ao critério único do menor custo operacional do serviço e ao pagamento de salários manifestamente insuficientes para a dignidade da função.

Sabemos que a Associação dos Municípios Portugueses já reivindicou (e bem) mais meios para que as Câmaras possam assumir, plenamente, esta importante responsabilidade. Mas, dentro dos condicionalismos existentes, há que sublinhar a necessidade de garantir a qualidade, sob pena de subverter o alcance prático destas Actividades de Enriquecimento Curricular, acabando assim por desperdiçar recursos e energias sem proveito adequado.

Eis um campo de acção apropriado para análise e acompanhamento do Conselho Municipal de Educação que, ao que sabemos, não tem reunido com a regularidade desejável, esvaziando-se assim o seu conteúdo de reflexão técnica e de contributo democrático na definição da política educativa concelhia.

Esperamos que estas palavras sejam entendidas como um atempado alerta para o que está menos bem e um incentivo à sua reparação e melhoria.

A Educação merece-o.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Finalmente como última inscrição, tem a palavra o senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite!

Pedro Faria, PSD.

Como sabem, há indústrias aqui na região, particularmente no sector da cerâmica e do vidro, para as quais o peso da energia nomeadamente o gás, tem um peso brutal na ordem dos 35%. E, estas empresas hoje, têm uma dificuldade muito grande em concorrer no mercado global, porque há outros países que têm o preço do gás, para estes escalões onde estas empresas se situam, muitíssimo inferiores, que variam conforme o escalão, mas entre os 30% e os 40%. Isto é de tal forma gravoso, que



há empresas que chegam a cometer a barbaridade de abrir as torneiras do gás para saltar de escalão, porque lhes fica mais barato dessa forma, o que é um *non sense* e um atentado ecológico.

Este assunto tem vindo a ser tratado ao nível de muitas associações aqui da região, tem o apoio praticamente de todas as câmaras também da região, já foi debatido a nível de comissão na Assembleia da República, e tem havido realmente muitos contactos nomeadamente com a ERSE, que é a entidade reguladora que vai tomar conta deste assunto a partir de Julho de 2008. O problema coloca-se agora até Julho de 2008, porque há várias empresas aqui na região que não aguentam até lá estarem com custos que são muito superiores àqueles que estão no mercado.

Eu apresentaria aqui uma moção, que foi feita ali em sintonia com o deputado José Augusto Esteves, mas que com certeza outros irão certamente subscrever e que eu passaria a ler:

Mocão

“O preço do gás pode ser um factor de competitividade fundamental para as empresas em que o consumo desta fonte de energia tem um grande peso.

É o caso dos sectores do vidro e da cerâmica, com grande peso na região, que atravessam neste momento um período de grandes dificuldades e que já levou ao encerramento de muitas empresas.

Para estes sectores o custo energético representa cerca de 35% dos seus custos de produção.

Acontece que o gás em Portugal, é fornecido de forma monopolista nos pequenos e médios consumos industriais a um preço entre 30% e 40% mais caro do que em Países que nos fazem concorrência directa no mercado global, como é o caso da vizinha Espanha.

A ERSE, entidade reguladora da Energia, tomará conta destes preçários a partir de Julho de 2008.

Até lá, esta situação só poderá ser alterada politicamente pelo Governo que demora a tomar uma posição que proteja estas empresas.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Setembro de 2007, delibera exigir uma rápida solução para este caso, adaptando pelo menos para estes sectores em risco, um preçário compatível com os custos na Península Ibérica.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.



Eu pedia aos senhores deputados que apresentaram moções, para fazerem indicação específica das entidades para onde estas moções devem ser dirigidas, e assim facilitaria muitíssimo trabalho ao gabinete de apoio à Assembleia.

Finalmente então, o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Certamente os membros desta Assembleia tomaram conhecimento que o Ministro da Economia anunciou não há muito tempo, que a Direcção Regional de Economia ia ser transferida para Aveiro. Aqui há uns tempos atrás, recordam-se certamente quando foi da decisão do lançamento do programa de estruturação da Administração Central, do PRACE, que tínhamos aqui decidido da necessidade de articular uma estratégia em comum, com vista a defender os interesses, a termos uma opinião sobre os problemas que essa reestruturação da Administração Central acarretaria e tínhamos visto da importância de avaliarmos a forma de defender ou o caminho que devíamos traçar, para defender os interesses de Leiria.

Os fundamentos para esta decisão do Ministro da Economia, iam no sentido de dizer que Aveiro, pela sua actividade empresarial muito forte, merecia esta transferência acrescida ainda do facto de o saber, a sua universidade, estar muito ligada às empresas, etc.

Eu admito que Aveiro tenha esse papel na economia nacional e até no saber, mas custa-me sistematicamente ver que se decida mesmo antes e pela mão daqueles que dizem que é preciso que o povo decida, depois uma forma de reestruturação administrativa, neste caso de regionalização, antecipadamente dividam pastas e postas, e que Leiria esteja nestas circunstâncias sempre secundarizada. Qualquer coisa que a gente discuta. É o hospital que nunca poder ter uma urgência polivalente porque está próximo de Coimbra, universidade não porque também está ali ao pé, os outros podem ter e também estão ao pé, mas Leiria é assim!

Quando discutimos a necessidade de reforçar o nosso sistema de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, centros tecnológicos, etc., cerâmica e vidro, vai para Coimbra, aqui, que era o principal centro de cerâmica e vidro, fica a ver navios. Se formos ver sistematicamente a forma como tratam Leiria e a sua região, e o próprio distrito, nós verificamos que de facto é lamentável. Certamente estão a pensar numa qualquer direcção regional para nós, não estou a subestimar nem o Desporto nem outro tipo de actividades, mas certamente que Coimbra não



abrirá mão de uma Direcção Regional de Planeamento, não abrirá mão de certo tipo de coisas que são essenciais. E depois, ainda por cima, o que acontece é isto, é que ainda há pouco tempo, no congresso da ADLEI, o senhor Presidente da CCR do Centro confirmava que estava em curso a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, isto é, o instrumento que vai definir para onde vai o dinheiro e quais são as infra-estruturas e como elas se afirmam no espaço regional. E a gente o que é que vê?

A senhora Presidente, conhece minimamente o que se está a decidir e a definir no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro? Alguém sabe quais são as opções que se esboçam? Conhecem estudos prévios? A única coisa que eu sei, são as notícias que vêm nos jornais, que o investimento nas vias de comunicação transversais são prioritárias na região. É claro que, a gente vai ver que o que é prioritário é uma ligação de Coimbra a Castelo Branco, Coimbra à Guarda, fazendo de Coimbra aquele centro e reforçando o centro de Coimbra neste contexto, porque estão a pensar exactamente numa solução em relação à regionalização.

E eu quero dizer que sou a favor da regionalização e debater-me-ei por isso, mas não uma regionalização qualquer, imposta sem discussão, em que de facto o que se trabalha e hoje já se discute a estratégia para esvaziar politicamente os distritos, porque isso é um empecilho à possibilidade de concretização dessa solução. E o que eu queria dizer era o seguinte:

Acho que nós não podemos continuar sem reunir aquela Comissão do PRACE que propusemos. Não podemos assistir calados a todo este repartir das coisas, sem que a gente tenha uma posição. Ainda por cima num quadro em que estávamos convencidos que havia soluções de descentralização em relação ao QRAN, em relação aos fundos, e o que nós vemos são cada vez mais estruturas centralizadas para decidir isto. Na realidade, a mim preocupa-me que Leiria continue a não ter uma posição sobre esta matéria e acho que nós precisamos de agir rapidamente em relação a isto.

Em relação ao TGV, só uma pequena nota.

Esta Assembleia pode tomar decisões em relação a tudo, mas acho que também temos que perceber que há hoje em relação à Ota e à sua importância na articulação com outros transportes, coisas que precisam de ser ponderadas, nomeadamente na alta velocidade, que não podem ser desligadas de outras batalhas e de outros contextos.



Eu aceito as duas propostas, particularmente aquela do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, agora a proposta que nos torna ainda mais periféricos em termos de alta velocidade, essa eu não a aceito. Mas sem dúvida que há aqui questões que precisam de acompanhamento e ponderação, porque para mim não é garantido que haja paragem em Leiria, não é garantido um outro tipo de coisas, aliás, parece que também em relação à Ota sabemos o que é que está em curso, também temos que ponderar naturalmente as consequências, porque os impactos são enormes.

Mas é para dizer que eu não acompanho a outra solução que é a solução de dizer não ao TGV. Isso eu não acompanho! As outras acompanharei e já agora, uma pergunta à senhora Presidente da Câmara:

Eu tenho ideia que certamente já está muito avançado o trabalho daquela comissão da Assembleia Municipal, de avaliação do centro comercial. Certamente não me convidaram a mim para nenhuma reunião e portanto, eu não sei o que se está a passar. Mas ouvi dizer que vai-se decidir já em Outubro, quem é o vencedor do concurso e apesar de tudo, há aqui alguns compromissos. Quem acompanhou as reuniões, que faça o favor de vir aqui dizer o que é que se passa. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu deixei propositadamente para esta altura e antes de dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, duas informações que vêm ambas da Leirisport, que pede que sejam transmitidas à Assembleia Municipal.

Uma informa que ontem, em reunião, a Câmara analisou e aprovou o relatório de contas relativo ao primeiro semestre de 2007, bem como o parecer do Fiscal Único da Leirisport, que está disponível para consulta on-line e download, no site da Leirisport.

A segunda informação, também para conhecimento, é o envio da cópia do contrato para utilização e exploração do Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa, celebrado entre a Leirisport e a União Desportiva de Leiria Futebol/SAD. E pedem que seja fornecida uma cópia deste contrato, ao representante de cada grupo municipal da Assembleia. Isto já foi feito, mas naturalmente que outros membros se assim o entenderem, poderão solicitar também uma cópia do documento.



Antes de dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, o senhor deputado Leonel Costa pediu para intervir. Peço-lhe que seja breve. Faça favor!

DEPUTADO LEONEL COSTA (INDEPENDENTE)

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Deputados!

A razão de eu aqui estar é um pouco para reforçar a intervenção do deputado José Augusto, no sentido de que, de facto, a nossa região quer parecer que está a ficar um pouco para trás, naquilo que é a relação com o Governo. E verifica-se em muitas áreas, sabendo nós que na nossa região temos um pólo industrial e especificando, aquilo que é a indústria de moldes, que é uma alavanca do País e que é utilizado pelos membros do Governo constantemente, como um factor importante para a internacionalização e para outras áreas. A indústria de moldes permitiu nestes últimos cinquenta anos, que à volta disso se arrancasse um conjunto de conhecimentos em outras áreas de actividade, como são as áreas de software, desenvolvimento de produtos, desenvolvimento de imagem de produtos, desenvolvimento tecnológico e de materiais, etc., e que não está a ser encarado como algo de importante. E verifique-se, que não há uma definição para a continuidade e desenvolvimento das empresas, continua-se a falar em inovação e o QREN não se resolve. Ainda esta semana foram dadas ordens para não pagar aos centros tecnológicos e às associações, os projectos que estão em curso. Como é que as associações e os centros tecnológicos podem desenvolver, e as associações empresariais, quando o Governo corta claramente os impostos e as empresas têm o IVA para receber e para pagar? São obrigados a pagar! Mas os centros tecnológicos e as associações não têm dinheiro para poder fazer face àquilo que é o dia a dia.

Portanto, acho que era importante perceber-se que de facto está-se um pouco a marginalizar aquilo que é uma região importante e que pode sofrer bastante com o factor de globalização, porque parece que as pessoas não estão a querer perceber, nós portugueses e nós europeus, que a globalização é muito importante mas pode vir a ser atroz, porque cada vez mais estamos a ser confrontados com oligopólios e monopólios, em que a única coisa que fazem não é criar equilíbrio nas sociedades, mas criar total desequilíbrio nas sociedades. E é com isto que as pessoas não se preocupam e não dão atenção. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.



Parece-me que aqui, compete às direcções das bancadas dos vários partidos, tentar encontrar um modo de actuar em relação a esta matéria.

Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Boa noite!

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhores vereadores, Comunicação Social!

Relativamente a algumas notas, eu pedia ao senhor Presidente que depois desse licença aos senhores vereadores Fernando Carvalho, Neusa Magalhães e Vítor Lourenço, para responderem a algumas das questões e que estão no âmbito dos respectivos pelouros.

Eu queria aqui explicar que a questão do TGV foi ontem também ela falada em reunião de Câmara, porque o estudo de impacte ambiental e o pedido de parecer foi divulgado por todas as entidades, Juntas de Freguesia e Câmaras, independentemente. Cada entidade dará o parecer de forma autónoma.

E a posição que a Câmara ontem tomou é de certa maneira coincidente 99,9% com a moção apresentada pelo senhor deputado Carlos André. Ou seja, a Câmara entende que o TGV é importante para o desenvolvimento da região e do País e a única coisa que deve ser expressa e acompanhada, é a minimização do impacte sobre as freguesias onde vai passar. É muito essa a posição, solicitando um acompanhamento próximo, inclusivamente a deslocação, penso que fazia parte da moção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, de técnicos para perceberem como é que as coisas são no local. E portanto genericamente, foi esta a posição da Câmara. Naturalmente que o parecer que a Câmara vai enviar será muito mais exaustivo do ponto de vista técnico de pormenor, mas no aspecto político foi esta a posição que a Câmara assumiu e assumiu esta posição por unanimidade, sendo que é obrigação da Câmara, como é obrigação das Juntas de Freguesia, mas naturalmente a Câmara com outros meios, de acompanhar e de exigir que haja uma minimização absoluta se for possível, do impacte. Algum impacte terá, porque estas coisas são assim mesmo, mas não de maneira nenhuma rejeitar aquilo que nós entendemos que é importante para o País, para deixar de sermos sempre os tais marginais da Europa. E portanto parece-nos ser um investimento importante, de preferência conjugado com o aeroporto na Ota, posições que aliás esta Assembleia já tomou em ocasiões diferentes.



Relativamente à questão do Polis e que o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira mais uma vez aqui trouxe.

A Assembleia tem esse papel e essa função, para nos ir dizendo o que aqui e ali não esteja bem. Agora era importante também que esta Assembleia se juntasse à Câmara, a solicitar aos cidadãos civilidade no tratamento do espaço público, porque é um investimento que toda a gente sabe que foi um investimento significativo, é um investimento que está a ser extremamente aproveitado pelos cidadãos, mas não é para o estragar. Porque nós temos situações em que vamos lá um dia arranjar uma das tábuas que o senhor deputado referiu (já vi eu) e no dia seguinte a tábua está tirada. A tábua não sai por acaso! Não é pela mera passagem de uma bicicleta ou de um peão, é de propósito. E portanto peço à Assembleia que, em coro conosco, fizesse daqui um apelo aos cidadãos de Leiria, aos utilizadores daquele excelente espaço, que o tratem com civilidade. Porque, se não, chegamos à conclusão que as pessoas não merecem o esforço em termos de dispêndio de dinheiros públicos, e eu não queria chegar a essa conclusão porque será triste se assim chegarmos.

Uma nota apenas de alguma preocupação que estamos todos os dias a sentir, mas isto é uma preocupação que é superior porque não é uma preocupação levada pela concretização de factos.

Aquilo que o deputado José Augusto Esteves aqui trouxe é tudo rumores. E o que a mim me faz confusão é que andamos aqui à volta dos rumores que a Direcção Regional disto vai não sei para onde, a Direcção Regional daquilo vai para outro lado, enfim, isto faz-me uma confusão terrível, porque é realmente uma regionalização encapotada. Não tenhamos dúvidas nenhuma, é o que estamos a viver.

Se houvesse uma transparência, no sentido de que fosse dito “vamo-nos juntar todos e vamos dividir esta região do Centro”, haver aqui um entendimento colectivo, se calhar a coisa era muito mais simples. Mas não! Andamos sempre todos a ouvir rumores e quando dermos conta realmente as coisas estão feitas sem nós sabermos de nada. É realmente uma mágoa, porque nós temos estado atentos, eu fiz variadíssimas tentativas para falar com o senhor Ministro da Presidência, porque parece que será o membro do Governo que agora vai acompanhando esse processo, não conseguimos de todo falar e as coisas vão surgindo como boatos.

Ainda outro dia perguntava ao meu colega de Viseu se sabia se ia alguma coisa para Viseu, e ele respondeu-me que ninguém lhe tinha dito nada e portanto julgava que não ia nada para Viseu. E depois vem o de Castelo Branco e diz que lhe parece que



vai ter qualquer coisa em Castelo Branco, e depois vem o de Aveiro, etc. Eu acho isto uma coisa que nunca se viveu, confesso, uma coisa perfeitamente inconcebível. Ou é realmente boato, e andamos todos aqui a entrar neste esquema do diz que disse, o que também é mau, ou é mesmo verdade e se é mesmo verdade é muito mau.

E portanto ficava aqui a minha angústia de não saber o que é que se pode fazer e sugeria à Assembleia que tomasse uma posição de força para nos ajudar, para eu conseguir falar com algum dos Ministros sobre este tema porque já percebi que é um tema tabu, ninguém quer falar sobre este assunto, e por isso é necessário que haja uma força acrescida. Não é só a Câmara, não é só a Presidente da Câmara, mas é a Presidente da Câmara mandatada pela Assembleia, com o peso político que tem, para que se façam estas coisas com outra clareza porque também se ouve o contrário.

Imaginem que outro dia vieram-me dizer que na CCDR em Coimbra havia um alvoroço total porque iam mudar a CCDR para Leiria. Isto é um nunca mais acabar de boatos! Telefonaram-me de propósito a perguntar precisamente isto. É um número inconfundível de boatos que é preocupante e que nos leva a pensar que as coisas são feitas neste secretismo todo para quando dermos conta é facto consumado.

Fica aqui o meu desabafo senhor Presidente e agora dava a palavra aos senhores vereadores.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Então agora tem a palavra o senhor Vereador Vítor Lourenço!

VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)

Senhor Presidente, senhores Deputados Municipais, senhora Presidente da Câmara e colegas Vereadores!

Não vem a propósito da intervenção sobre a Educação do senhor deputado Pedro Biscaia, porque realmente tinha intenção nesta Assembleia, de fazer uma nota, porque é um marco importante, sobre qual foi a postura e a participação do Município, neste fenómeno que se chama já hoje de "Abertura do Ano Lectivo".

As mudanças têm sido muitas e nós, com base naquilo que foram os princípios orientadores da nossa Carta Educativa, que esta Assembleia aprovou e em que nós



definimos à partida os três problemas fundamentais que pretendíamos paulatinamente, gradativamente resolver, com o conteúdo daquele documento que aqui aprovámos. Era resolver em primeiro lugar a questão dos desdobramentos de horários no nosso concelho, no 1º ciclo, era resolver o problema das escolas de lugar único no nosso concelho, e em terceiro lugar, era resolver o problema da dispersão geográfica dos edifícios com reduzida população escolar. Estes foram os três objectivos que nós aqui, todos, discutimos e aprovámos nesse documento de princípios orientadores, que é a Carta Educativa, cuja resposta pretende dar.

E neste princípio de ano lectivo, partilhámos muitos dos factos e das acções com os parceiros educativos (os agrupamentos de escolas, o Coordenador da Área Educativa, a Direcção Regional de Educação do Centro, as Juntas de Freguesia e também as associações de pais), tivemos alguns atritos para levar a bom termo o que se conseguiu. Em dois anos reduzimos de dezasseis escolas com desdobramento de horários para oito escolas, portanto, diminuámos em 50% o desdobramento de horários com as acções que realizámos neste início de ano lectivo ou na preparação do arranque deste ano lectivo. De setenta e nove turmas em desdobramento passámos a cinquenta e uma, em oito escolas que antes era dezasseis. Escolas de lugar único no concelho de Leiria neste momento não existe nenhuma, não há uma escola de lugar único, isto é, um professor com quatro anos de escolaridade no 1º ciclo, não temos nenhuma, tínhamos quinze no ano lectivo anterior.

Quanto à dispersão geográfica, houve uma proposta de suspensão por parte do Ministério de Educação, inicialmente, no despacho do Senhor Secretário de Estado, de catorze escolas e na discussão, na análise, na cooperação com os parceiros educativos, reduzimos essa suspensão de encerramento para dez escolas, com a suspensão das outras quatro restantes, para o próximo ano lectivo e funcionando este ano como pólos da escola sede.

Há aqui manifestamente um trabalho, com este resultado, que vem confirmar que, gradualmente podemos vir a ter um parque e uma rede educativa no Concelho de Leiria, muito mais capacitada para um desempenho pedagógico, educativo, de maior qualidade. Isto em síntese e eu gostaria de deixar esta nota, porque ela reflecte realmente todo o trabalho que se sintetiza em pouco tempo, na questão da discussão com os parceiros, do que teve a ver com o primeiro momento: foi um processo que em mês e meio se desenrolou, o despacho do Senhor Secretário de Estado de encerramento de escolas chegou à Câmara Municipal em 7 de Agosto de 2007, em



31 de Agosto de 2007 nós conseguimos discutir com a Direcção Regional em Coimbra a nossa contraproposta, daquilo que era possível e daquilo que não era possível, e portanto em dez dias tivemos que pôr em prática os transportes, as logísticas necessárias, para que entre 12 e 17 de Setembro, o ano lectivo começasse nas noventa e quatro escolas do 1º ciclo do concelho de Leiria e nos setenta jardins de infância, neste intervalo de tempo. Foi na verdade um esforço enorme de todos aqueles que participaram; de todos os parceiros, eu citava aqui porque são membros desta Assembleia, porque foi a participação dos senhores Presidentes de Junta de Monte Redondo, da Bajouca, da Memória, de Colmeias, de Cortes, de Santa Eufémia e da Azoia, que tiveram mais participação neste trabalho, porque foram estas freguesias que foram as mais, digamos, contempladas, com as tarefas da suspensão e do encerramento de escolas. E portanto, eu gostaria de deixar aqui aos membros da Assembleia e aos Presidentes de Junta também, em simultâneo, o testemunho da Câmara Municipal também pela postura de cooperação que todos tivemos nesta tarefa. Para além de referir que, neste trabalho, foi importante a colaboração dos outros parceiros do nosso concelho.

Só para vos dizer que nestes dez dias tivemos que organizar doze novos circuitos de transportes, necessários para a transferência dos nossos alunos, que foi necessário criar catorze circuitos de transportes especiais para as AEC's começarem a funcionar (as actividades de enriquecimento curricular), nos prazos que estavam determinados. Fizemos entre Junho e Setembro vinte e um concursos para contratação de entidades prestadoras do serviço, fizemos vinte e um protocolos de colaboração com entidades, num total de quarenta e dois processos administrativos. Participaram nas actividades de enriquecimento curricular quatro empresas privadas, um estabelecimento de ensino particular e cooperativo e cinco instituições de carácter cultural e desportivo. O processo de tramitação de todas estas acções que confluíram para que o ano lectivo decorresse praticamente sem anomalias (tivemos um caso que foi público, de uma escola que por virtude de obras no edifício do 1º ciclo, naturalmente que o edifício estava pronto para 17 de Setembro mas os arranjos exteriores não estavam) mas foi apenas nesta situação concreta e por motivos de impossibilidade de ter os arranjos exteriores prontos no dia 17, tal como estava delineado. E portanto, foi um ano lectivo que abriu digamos com preocupações, com constrangimentos, eles estão a existir neste momento; com a dispersão em dois agrupamentos de escolas é muito difícil levar à prática um bom



exercício daquilo que são as actividades de enriquecimento curricular dado que, tudo se concentra em duas horas da parte da tarde, e a flexibilização de horários do 1º ciclo está a ser muito difícil nesses agrupamentos; nos restantes agrupamentos foi mais fácil porque há mais concentração de meios e menos território, com menos deslocações, menor dispersão. Mas de uma maneira geral podemos dizer que o ano lectivo no concelho de Leiria, tirando estes constrangimentos, arrancou, depois de um grande de esforço de todos em pouco tempo, com as condições necessárias à prática pedagógica, sabendo que, há problemas no terreno complicados que estamos em conjugação com diversos parceiros a resolver. Muitas delas nem dizem respeito às competências municipais, os senhores Presidentes de Junta das freguesias onde há mais problemas por resolver sabem disso, nós temos partilhado essas dificuldades com todos, embora sabendo que os meios não são só curtos aqui no Município e nas Juntas de Freguesia, são curtos no Ministério da Educação, e este ano houve cortes para os agrupamentos que estão a preocupar-nos bastante e estamos a tentar resolver o problema em conjunto com os parceiros. É tudo, senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Vereador.

Tem agora a palavra o senhor vereador Fernando Carvalho.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador!

Os meus cumprimentos a todos, queria começar por responder em primeiro lugar ao senhor deputado do Partido Socialista António Fernandes, que colocou aqui duas questões.

Sobre as obras na Rua Machado Santos:

Evidente que nós temos um programa de requalificação do centro da cidade e não podemos fazer as obras todas ao mesmo tempo, aliás, já fomos acusados de fazer muitas obras ao mesmo tempo. Acabaram recentemente algumas intervenções, tínhamos perfeitamente planeado a intervenção/requalificação da Rua Machado dos Santos e aí está o início das obras, numa altura que nos parece a mais adequada, porque não estamos ainda no Natal, não estamos na Páscoa, e portanto julgamos ser



a altura mais correcta. Fizemos as devidas comunicações, fizemos mailings directos a todos os potenciais interessados e eventualmente interessados (desde moradores, comerciantes, etc.) para minimizar os impactes desta intervenção e iniciámos os trabalhos.

É certo que uma intervenção destas tem impactes, porque não havendo muitas alternativas de escoamento e de acessibilidade ao centro, há de facto, algum incómodo causado aos utentes. Mas é um propósito nosso, requalificar aquela rua. Vamos aumentar os passeios dando ênfase à maior utilização pedonal, incorporando algumas soluções de atravessamentos com medidas de acalmia de tráfego, sobrelevando passadeiras, colocando novas infra-estruturas que estão em falta nomeadamente nova rede de abastecimento de águas que apresenta problemas, novos colectores de saneamento pluvial e doméstico, para além de outras. E portanto, evidente que nós tentamos minimizar digamos assim inconvenientes, mas existem sempre alguns.

Posso desde já adiantar que estamos a tentar encurtar o prazo. Nós demos um prazo de três meses ao empreiteiro para fazer a intervenção, vamos tentar que esta intervenção até acabe antes, embora não seja muito fácil devido à especificidade, mas quero desde já aqui dizer-lhe, a si e a todos, que quando acabarmos esta, vamos depois para a Rua Tenente Valadim, porque queremos deixar a nossa cidade como um brinco, queremos deixar a cidade bem tratada para os utentes e para os visitantes.

A outra questão que aqui colocou tem a ver com a intempérie do passado dia 16, no domingo à tarde.

Ora bem, o senhor falou e bem em intempérie, mas também falou em indignação. Eu queria-lhe dizer e tivemos já oportunidade de falar ontem à noite sobre isso, que de facto o que aconteceu no domingo dia 16 à tarde, foi uma anormalidade, aliás prova disso são os registos. Não sei se sabem, mas a ESTG tem uma estação de recolha de dados meteorológicos em Leiria, situada até no centro da cidade e portanto, foi possível aferir aquilo que aconteceu em termos práticos, em termos rigorosos. O que lhe posso dizer é que se não me engano, caíram cinquenta e sete milímetros num período de trinta minutos e portanto, houve uma ocorrência concentrada de uma grande carga de pluviosidade. Quando assim é, quando há situações anormais de queda de pluviosidade, não há colector, não há sarjetas que resistam e o que aconteceu foi a subida do nível. Houve um arrastamento de



detritos, desde folhas de árvores e outros, até de uma obra que está em construção no Centro Histórico, cujos inertes praticamente foram todos parar ao Largo Marechal Gomes da Costa e não só, ao Largo Cândido Reis, e é evidente que obstruíram os colectores.

Quanto à sua indignação e à sua acusação dos colectores e das sarjetas não estarem limpos, isso não corresponde à verdade.

Existe um programa de intervenção na cidade, que até está dividido. Há uma parte que é intervencionada directamente pelos Serviços Municipalizados, há outra parte que é competência do Departamento de Equipamento e Oficinas, e cada um sabe perfeitamente quais as áreas que tem que intervir. Têm até, cada um destes organismos, um contrato de prestação de serviços com empresas que têm equipamento de porte pesado, que fazem a desobstrução dos colectores e das sarjetas, e portanto a situação é normal digamos, em termos do acompanhamento e manutenção. E nos próximos dias e semanas, vamos assistir à continuação dessa limpeza.

Portanto, não é por ausência de trabalho, de manutenção, que estas situações ocorrem. O que acontece de vez em quando e se houver um pico, e se houver algum arrastamento, é um entupimento superficial de algumas sarjetas, o que aconteceu por exemplo na Rua João de Deus, porque quando a rua já estava com uns centímetros de água houve alguém, os bombeiros e outras pessoas, que ajudaram a socorrer, arredaram um bocadinho as folhas das sarjetas e de imediato se assistiu a um vórtice de água a entrar nas sarjetas, prova de que elas estavam limpas e que os colectores estavam a funcionar. Foi uma situação anormal e todos nós vemos televisão, sabemos o que é que acontece também noutros países civilizados, mais adiantados do que nós, que têm também problemas destes quando ocorrem intempéries.

E quero voltar a dizer que as intervenções que foram feitas já nestes mandatos digamos da nossa actuação, consistiram na renovação total das infra-estruturas do Centro Histórico, com a construção de um novo colector, um novo emissário pluvial, do Centro Histórico até jusante do açude poente da cidade. A capacidade instalada para escoamento das águas existe e portanto não é por mau trabalho que estas situações aconteceram.

Queria passar para um outro tema e que tem a ver com o TGV, se a senhora Presidente me permitisse, só dar uma pequena achega à sua intervenção.



Em termos políticos a senhora Presidente já explicou, de facto nós somos favoráveis ao TGV em Portugal. É uma infra-estrutura de interesse nacional e regional, é evidente que os dois traçados alternativos principais em Leiria colocam em Leiria uma estação de TGV, nós devido a vários factores de análise mas sobretudo em termos de impacte ambiental e em termos estratégicos e de impacte também nas freguesias, preferimos todos os corredores a poente, o que coloca uma estação junto à Barosa, entre a zona industrial da Barosa e a Marinha Grande, e portanto serve perfeitamente Leiria. E depois há subtraçados alternativos, nomeadamente na Maceira e na Bidoeira e a nossa opção é claramente empurrá-los para poente, que são os subtraçados que têm menor impacte.

É evidente que estamos e temos participado em reuniões com a Administração da RAVE e com os consultores que têm desenvolvido este estudo prévio, e eu quero aqui frisar que o que está neste momento em causa, é a discussão de um estudo prévio não é um projecto de execução. E o que tem sido defendido junto dessas entidades, é o impacte que necessariamente vai existir junto das populações, e nós estamos muito preocupados com o impacte que existirá sobretudo nas freguesias de Maceira, de Regueira de Pontes e da Bidoeira.

Em Maceira existem dois traçados alternativos. Já aqui frisei que a nossa opção é por poente, é aquela opção que menos impacte coloca, na Bidoeira também é o traçado poente, que passa perto da população mas já não vai passar perto do centro cívico conforme estão os outros traçados, a maior preocupação é de facto em Regueira de Pontes porque não há traçado alternativo. Passa na zona industrial, passa em cima de algumas casas e até de um centro infantil e portanto, estamos junto de quem de direito, a tentar que haja aqui alterações a este traçado ou alguns ajustamentos.

O que nos foi dito é que, em fase de projecto de execução, quando os corredores definidos em estudo prévio estiverem estabilizados e um trabalho a outra escala, irão pormenorizadamente verificar da possibilidade de diminuir os impactes em cada uma destas situações, sendo certo que alguns impactes negativos subsistirão. Como sabem, o TGV está projectado para uma velocidade extremamente elevada entre Lisboa e Porto, entre os 300 km por hora e os 350 (em princípio será 300 km), o que obriga à adopção de parâmetros físicos de projecto extremamente rígidos. Posso indicar aqui só dois deles, em que o raio máximo admissível em planta são de cinco mil metros, e a inclinação em perfil longitudinal são 2,5%.



Portanto, são parâmetros extremamente rígidos, o que obriga a que cada pequeno desvio de dez ou doze metros, para salvar uma casa ou um pavilhão ou seja lá o que for, provocará alguns quilómetros de distância do mesmo desfasamento e portanto é extremamente difícil passar, sobretudo nesta faixa do Litoral que tem uma dispersão demográfica e dispersão de implantação de edificado extremamente elevada, e não afectar. Vamos lutar juntamente com as populações de Maceira, Regueira de Pontes e Bidoeira sobretudo, embora haja outras freguesias com pequenos impactes, para defender o melhor possível as nossas populações.

Quero aqui dizer também, que em termos estratégicos nós iremos definir no nosso parecer que está a ser ultimado, que esta é uma oportunidade também para definitivamente se reabilitar a linha do Oeste e fazer aqui um aproveitamento, sobretudo para a situação do tráfego de mercadorias, uma interligação que permita utilizar o potencial industrial que está instalado em Leiria, Pombal e Marinha Grande. Portanto, toda esta zona que pode aproveitar este potencial da linha do Oeste que neste momento está desaproveitada, vamos dar ênfase para que haja esta redefinição, melhoramento, da linha do Oeste. Assim como também reivindicar uma ligação um pouco a norte, entre a linha do Norte e o TGV, que nos parece perfeitamente admissível, porque há uma zona a norte de Leiria que faz com que a distância entre ambas seja extremamente curta e pode permitir o interface entre o TGV e a linha do Norte.

A linha Lisboa/Porto vai ter só o trânsito de passageiros, não vai ter mercadorias, isso também por causa dos parâmetros, porque o trânsito misto de passageiros e mercadorias, obriga a parâmetros ainda mais rígidos, com raios na ordem dos nove mil metros e com inclinações na ordem dos 1% ou 1,25%, e isso só é possível por exemplo entre Lisboa e Madrid, e aí sim, vai ser tráfego misto de mercadorias e de passageiros, porque o atravessamento sobretudo no Alentejo e em todas aquelas planícies é muito mais fácil, em termos de projecto, definir esse grandes alinhamentos com poucas curvas, com poucas inclinações, do que será o traçado Lisboa/Porto.

De uma forma geral penso que traduzi aquilo que é o nosso pensamento e que vamos durante a próxima semana fazer chegar às entidades.

Por último e já tinha, com o mandato da senhora Presidente e dos meus colegas vereadores, pensado em transmitir aqui também, a nossa opinião sobre o concurso



público internacional para a concepção, construção, financiamento e exploração de uma unidade comercial de dimensão relevante, com contrapartidas associadas.

Como sabem e como foi aqui tratado diversas vezes, o concurso foi lançado, foi publicado e foram entregues as propostas. As propostas foram abertas em Julho passado, houve um período de análise documental, foram aferidos todos os documentos, todas as propostas em número de três, foram admitidas não houve nenhuma excluída, e estamos neste momento em fase de análise técnica dessas mesmas propostas. A análise baseia-se naquilo que está definido no programa de concurso, não é por nós acharmos que um é mais bonito que o outro ou mais simpático que vai haver vencedor ou perdedor do concurso. É evidente que os parâmetros de análise estão perfeitamente definidos e é com base nesses parâmetros, parcelares, que essa análise está a ser feita.

De qualquer forma, como nunca mais houve nenhuma Assembleia desde a abertura das propostas e desta admissibilidade das propostas, era hoje o tempo oportuno de aqui dizer ao senhor Presidente da Assembleia e a todos os senhores deputados, que uma vez que se falou aqui em tempos, que seria interessante haver um acompanhamento desta Assembleia ao projecto, seria interessante de aqui se definir hoje, em que termos é que deve ser feito esse acompanhamento. É evidente que o executivo municipal está aberto a todas as propostas e o que aqui for determinado será cumprido. Estamos disponíveis para tudo, desde a marcação ou de uma Assembleia extraordinária ou até uma Assembleia convocada informalmente, em que ou o executivo municipal, ou até os próprios empreendedores, aqui poderiam vir fazer uma apresentação de cada uma das propostas, nos termos a definir pela Assembleia, para se trocarem as impressões consideradas convenientes. E portanto, nós estamos à espera que a Assembleia defina exactamente os termos em que esse acompanhamento deve ser feito, porque nós também gostaríamos entre Outubro ou Novembro, de ter um trabalho concluído e com a participação de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Vereador.

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.



DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Senhor vereador Fernando Carvalho, eu penso que esta Assembleia já tinha deliberado, corrija-me se estiver enganado, a existência de uma comissão de acompanhamento desse processo, com um representante de cada bancada, uma comissão consultiva, e que, ainda na última Assembleia, eu tornei a insistir nesse problema, dizendo que competia, penso eu, à maioria, coordenar e convocar essa primeira reunião. Portanto, sendo agora, estamos obviamente de acordo, com um representante de cada força partidária desta Assembleia e que possa ter um carácter consultivo de acompanhamento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Isso é correcto, nós aprovámo-lo. Eu penso que até se tinha pedido ao senhor deputado Carlos Poço para tomar essa iniciativa, mas tendo em conta aqui a sugestão do senhor vereador, eu acho que ficava mal a convocação de uma Assembleia informal. Quem quiser virá à apresentação final do estudo, antes dele ser divulgado ou antes de uma decisão final.

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ(PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, nós não temos nada, absolutamente nada, contra a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária para apreciar este assunto. Agora nós temos alguma coisa mais, nós temos muita coisa contra algo que está aqui a acontecer. E o deputado José Augusto Esteves já chamou, ironicamente, a atenção para esse assunto. Está-se a passar uma esponja sobre uma deliberação desta Assembleia, como se ela tivesse perdido validade. A Assembleia constituiu uma comissão, essa comissão já deveria ter sido convocada para apreciar este processo, quem tinha por função convocá-la não a convocou, que fique aqui claro que devem ser assacadas responsabilidades políticas, a quem assim procedeu.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu gostava que ficasse aqui perfeitamente claro que na última Assembleia em que este assunto foi tratado, foi dito que a Câmara tem todo o interesse. Eu disse isso



variadíssimas vezes, porque da maneira como o senhor deputado falou parece que a culpa é nossa de não termos chamado a comissão!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Não senhora Presidente! Que fique claro que eu não quis dizer isso, a responsabilidade é da maioria desta Assembleia.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu quero, antes da Câmara decidir, que haja um acompanhamento por parte da Assembleia, quer seja através de uma comissão quer seja através da Assembleia extraordinária, ou as duas coisas. Quanto mais gente participar na análise das propostas melhor. Todos nós queremos com certeza a melhor solução. E portanto, o que eu aqui peço é que é importante durante o mês de Outubro, que a dita comissão venha ver as propostas para as analisar. É a única coisa que eu peço!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Eu peço imensa desculpa, mas dito ali de baixo não fica na acta. Tem que ser dito aqui.

Que fique muito claro, que das minhas palavras não se pode inferir de modo algum a mais leve censura à Câmara Municipal neste aspecto. Quando me referi a quem tinha responsabilidade de convocar essa comissão, até porque há independência dos órgãos, não era obviamente à Câmara Municipal, era à maioria que dirige esta Assembleia que deveria tê-lo feito e não o fez.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Então fica a recomendação. O senhor deputado Carlos Poço vai tratar disso para que possa reunir no mais breve espaço de tempo possível. O tempo urge, a decisão era para ser em Outubro já ouvi falar Outubro/Novembro, portanto para a semana que vem tem que ser convocada.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente se me permite, eu já agora aproveitava para dizer aos senhores deputados, provavelmente todos saberão mas para alguém que não saiba, que as maquetas dos projectos estão expostas no primeiro piso da Câmara, no corredor de acesso ao Salão Nobre, para quem quiser ir ver. Penso que é uma maneira muito fácil de perceber como é que são as propostas.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Vamos então terminar a apresentação dos senhores vereadores e dava a palavra à senhora vereadora Neusa Magalhães para alguns esclarecimentos.

NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)

Boa noite!

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados!

Vinha aqui responder a uma intervenção do senhor deputado Carlos André, relativamente à deposição dos chamados "monos", julgo que foi essa a intervenção, mas não tive oportunidade de ouvir.

Efectivamente houve situações anormais neste período de Verão, estou a referir-me aos meses de Junho, Julho, Agosto, e houve algumas ainda nesta primeira quinzena de Setembro. Fomos alertados por alguns Presidentes de Junta relativamente a estas situações anómalas e convocámos a empresa que ganhou o concurso para a recolha e deposição em aterro sanitário.

A explicação que nos foi dada, é que houve um aumento anormal na quantidade de resíduos depositada, e para além desse aumento anormal, houve uma deposição indevida. Portanto, estamos a falar de uma solução que é para monos, digamos que são aqueles electrodomésticos que as pessoas se querem desfazer deles, e portanto depositam naquele local. E os resíduos que ali se verificavam depositados, eram restos de oficinas, de automóveis e coisas semelhantes.

Fomos confirmar e efectivamente houve um aumento. A empresa ganhou o concurso em Agosto de 2005 e desde Agosto de 2005 até Agosto de 2007, houve um aumento em termos de toneladas/mês, de 66 para 101 toneladas. Isto foi verificado com a facturação e foi confirmado.

O que fizemos foi de convocar a empresa e perguntar-lhe se tinha ou não tinha condições para continuar a prestar o serviço, e prestar de acordo com as necessidades. Foi-nos dito que sim e portanto, eu julgo que há duas semanas a esta parte, os senhores Presidentes de Junta estão aqui poderão confirmar, a situação está regularizada e as coisas estão a correr normalmente. Foi também pedido aos senhores Presidentes de Junta, julgo que foram feitos já os contactos com quase todos e treze dessas Juntas já o fizeram, para a avançar com a vedação em torno



desse contentor de grande capacidade. Para quê? Para evitar a deposição indevida! Esta foi a solução encontrada para evitar a deposição nos pinhais, porque nós fizemos se bem se recordam, logo no início do meu primeiro mandato, uma campanha “Leiria Limpa” e o que se fez foi limpar as matas, e entendemos também que devíamos ter uma solução para a deposição deste tipo de resíduos que eram encontrados nas matas de Leiria. Foi isso que aconteceu.

Nós sabemos que os munícipes estão contentes, porque entre ter estes resíduos depositados e espalhados por todo o Concelho é preferível ter um local onde nós sabemos que ali se encontram, apesar de não estarem a ser recolhidos nesta altura devidamente, e refiro-me há duas semanas atrás. Hoje penso que as situações estão regularizadas e foi essa a solução que foi encontrada.

Se entenderem que há alguma outra solução melhor, nós estamos receptivos. O que nós não queríamos era que os munícipes continuassem a depositar lixo onde bem entendessem. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

O senhor deputado Cláudio de Jesus tem uma moção para apresentar, relacionada com o assunto anteriormente discutido, sobre a questão da redistribuição das direcções regionais. E ficamos por aqui!

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS(PSD)

Boa noite!

Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, caros colegas deputados.

Na sequência da intervenções do deputado José Augusto Esteves e do colega de bancada Leonel Costa e da senhora Presidente, foi entendimento que devia haver uma tentativa de conciliar aqui, um documento que de alguma forma expressasse o nosso sentido, enquanto Assembleia representante dos eleitores, relativamente a estas matérias do desenvolvimento regional e do ordenamento do território. E portanto, eu vou passar a ler uma moção, que ficará sujeita à votação:

Mocção



“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Setembro de 2007, ao tomar conhecimento de declarações de membros do Governo, nomeadamente do senhor Ministro da Economia, Dr. Manuel Pinho, em relação à redistribuição das sedes das localizações regionais, designadamente da Direcção Regional da Economia do Centro para Aveiro, vem expressar o seu desagrado pela antecipação destas ou outras decisões, sem prévia discussão e sem a definição de um novo modelo de reordenamento administrativo.

Assim, vem a Assembleia Municipal de Leiria, solicitar ao senhor Ministro da Presidência que receba o executivo municipal de Leiria e uma representação da Assembleia Municipal, com o objectivo de clarificar quais as intenções do Governo sobre esta matéria, tão relevante para o desenvolvimento do País.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Eu suponho que esta moção não terá discussão, ou tem?

O senhor deputado Carlos André quer discuti-la? Faça favor!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ(PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Desde logo senhor Presidente, quero sugerir uma correcção. Não é Ministro Adjunto do 1º Ministro, é Ministro da Presidência. Eu confesso que não sei se é o mesmo, mas o Ministro a que a senhora Presidente se referiu é o Ministro da Presidência, agora mais do que isso não tenho que saber.

Eu gostava de dizer apenas o seguinte e vou ser muito rápido senhor Presidente e caros colegas deputados municipais, uma coisa muito simples.

Obviamente que o Partido Socialista, como tem sido sempre o seu comportamento e a sua atitude em documentos desta natureza na Assembleia Municipal de Leiria, apoiará, votará favoravelmente. Sempre a bancada do Partido Socialista até hoje, quando está em causa de facto a defesa do interesse regional e a nossa posição no contexto do território nacional, sempre temos tido esta atitude.

Não posso no entanto deixar passar em branco, os considerandos não na intervenção obviamente de quem propôs a moção, mas que ao longo desta sessão foram aqui feitos a este respeito, nomeadamente, os considerandos feitos a este respeito pela senhora Presidente da Câmara. Isto porque, quem tem telhados de vidro não pode atirar pedras.



Diz a senhora Presidente, que isto nunca se viu. Eu lembro-me de um Governo, não foi há muito tempo, que pôs uma Secretaria de Estado no Algarve e outra na Golegã, sem falar com ninguém. E lembro-me de um Governo, que tirou de repente da cartola outra regionalização encapotada chamada “Áreas Metropolitanas”, que acabou depois por não funcionar...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não foi encapotado...

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ(PS)

Eu gosto muito de ser interrompido, é bom sinal, não é a primeira vez na Assembleia Municipal que eu sou interrompido, encapotada sim! Foi uma coisa de pé para a mão, sem falar com ninguém, foi proposta à Assembleia da República que tinha uma maioria e a Assembleia da República aprovou. Foi assim! Não foi discutida pelo povo português, como se pretende e como nós defendemos. Eu tenho uma posição em relação a isso, não vem aqui ao acaso, mas teria que ser discutida e voltou atrás. A minha esperança, também foi por isso que falei no assunto, é que infelizmente em Portugal estas decisões são tomadas em cima do joelho e depois voltam atrás. E é por isso que nós andamos um passo para a frente e dois para trás, porque fez-se isso e voltou atrás, as Secretarias de Estado voltaram para Lisboa, essa regionalização encapotada não funcionou. E põe-se uma Direcção Regional num outro sítio e depois volta mais uma vez atrás, enfim, é a minha esperança neste aspecto porque sou frontalmente contra qualquer organização do território, que leve a descaracterizar Leiria, que leve a empobrecer Leiria, que leve a secundarizar Leiria. E ainda que façam essa intervenção, continuarei a bater-me contra ela mesmo depois de ela consumada, porque acredito que em Portugal a gente bate-se contra as coisas e elas depois acabam por voltar atrás.

Agora a minha intervenção é mais para dizer isto, não pode dizer-se que nunca se viu. Infelizmente já se viu!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Eu penso que nós já estamos esclarecidos em relação a isso e vamos iniciar a votação destas quatro moções que temos aqui.

A senhora Presidente quer responder? Bem se vamos entrar numa de respostas, nunca mais saímos daqui. Faça favor!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu vou responder muito rápido senhor Presidente.

É só para dizer ao senhor deputado Carlos André, que realmente não concordo em absoluto que diga que aquele esquema organizativo, se assim se pode chamar, das áreas metropolitanas foi encapotado. Foi decidido pelas Assembleias Municipais!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ(PS)

Eu disse que foi uma regionalização encapotada...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não é! O que nós fizemos ali foi a criação de uma organização pela livre vontade das Assembleias Municipais. Pode-se não concordar com ela, isso é outra coisa, agora encapotada não foi. E neste caso concreto, o que a gente não sabe é o que é que vai acontecer, é andarmos aqui todos a ouvir o "diz que disse". Está dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Já que estamos a falar do assunto vamos começar pela moção que a ele diz respeito, e que foi apresentada pelo deputado Cláudio de Jesus. Penso que não é preciso lê-la de novo. Estão todos esclarecidos? Muito bem!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção e enviá-la às entidades constantes d mesma.

A segunda moção posta à votação, é sobre a passagem do TGV e do impacte que tem nas Freguesias de Regueira de Pontes e da Bidoeira. Inicialmente eram duas, foram apresentadas pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia respectivas, e depois o senhor deputado Carlos André redigiu uma que pretende condensar as duas. Eu pessoalmente pedi aos dois Presidentes de Junta de Freguesia, que considerassem a hipóteses de retirar as respectivas moções, para evitarmos votar três moções, que no fundo eram idênticas, e concordaram.

Portanto vou colocar à votação a moção redigida pelo senhor deputado Carlos André. Os objectivos são claros e se me permitirem isento-me de lê-la.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção e enviá-la às entidades constantes da mesma.



De seguida é a moção apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, em que é pedida a anulação da construção da linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto. Também esta moção já foi oportunamente lida, aliás já foi discutida por outros elementos, portanto iria colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com quatro votos a favor e seis abstenções, rejeitar a presente moção.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia vai apresentar uma declaração de voto. Faça favor!

DEPUTADO JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Daquilo que ouvi em relação a esta moção, fiquei com a sensação de “velho do Restelo”, ou seja, uma pessoa que não quer desenvolvimento para Leiria, e não foi essa a minha intenção.

O que eu pedi à Assembleia foi que ponderassem também, a existência de comboios de velocidades elevadas, os pendulares, e só para vos dar um exemplo em relação ao que se passa na Europa, o Reino Unido não tem TGV, tem o EUROSTAR, que vai de Paris a Londres e o resto funciona com pendulares. A Irlanda, que está agora a reforçar o seu caminho de ferro, não pensou em TGV's, pensou em pendular. Poderíamos falar da Suécia, da Dinamarca, da Noruega e da Áustria e muitos destes países, que têm uma dimensão mais ou menos idêntica à nossa ou mais pequena. E quando o deputado José Augusto Esteves disse que Leiria se tornava uma região lateral em relação ao resto do País, a minha proposta é entre Lisboa e Porto (não estou a pedir para tirarem o TGV de Leiria) em média velocidade, o transporte de mercadorias, electrificação da linha do Oeste, o aproveitamento do investimento na linha do Norte, etc.

Já agora permitam-me só uma pequena comparação. Isto faz-me lembrar o novo rico, aquelas pessoas que têm uma casa sem electricidade, mas que compram um aspirador para mostrar ao vizinho que têm um aspirador, mas não tem luz em casa. É essa a sensação que me dá questão do TGV. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A próxima moção a ser votada, é a moção do senhor deputado Vitorino Pereira, que tinha que ver com a questão da degradação dos espaços e das estruturas do programa Polis. E na sequência da intervenção da senhora Presidente, o senhor deputado acrescentou um parágrafo, que eu passo a ler bem como, a moção:

Mocão

Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão camarário deliberativo, por excelência;

Considerando que esta mesma Assembleia é também o órgão mais representativo dos municípios;

Considerando que o programa Polis teve um impacto extremamente positivo na cidade de Leiria, mas que começa a apresentar muitas zonas de deterioração, vem propor-se a esta Assembleia:

1 – Que seja constituída uma comissão de fiscalização e de acompanhamento, em que estejam representados todos os partidos, no sentido da manutenção em boas condições de todas as obras realizadas pelo programa Polis e sua valorização.

2 – Apelar aos cidadãos para que utilizem o espaço público sem o destruir, já que é de todos, e com zelo numa acção de cidadania que deverá envolver todas as forças vivas da cidade.

Está à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e quatro votos contra, dezassete abstenções e cinco votos a favor, rejeitar a presente moção.

Finalmente temos a moção apresentada pelo senhor deputado Pedro Faria, que tem que ver com a questão do gás para a indústria, referindo-se em especial à necessidade de redução do preço para estes fins, no período que medeia desde hoje até Julho de 2008, altura em que a ERSE, entidade reguladora, passará a ter esse poder.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente moção e enviá-la às entidades constantes da moção.

Senhores deputados terminámos o período de “antes da ordem do dia”, vamos passar ao período da Ordem do Dia.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

A senhora Presidente não deseja prestar esclarecimentos e não há inscrições.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.

Senhora Presidente deseja dar alguma explicação? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

2. 1.ª REVISÃO (XVI MODIFICAÇÃO) AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;

depois é preciso integrar nas contas deste ano.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém quer discutir este documento?

Não havendo discussão, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria com um voto contra aprovar a 1ª Revisão (XVI Modificação) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É só para dar nota de que foi aprovado por maioria na Câmara a manutenção das taxas que estão neste momento em vigor para o IML.

3. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2007 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/09;

concreto de Leiria, entre o ano de 2006 e 2007, reportando-nos ao período até Agosto, o aumento destes dois impostos somados foi apenas de 7,8%. Face a este facto entendemos, tendo em conta as restrições financeiras que as autarquias sofrem, devido à aplicação da Lei das Finanças Locais e as suas consequências de retenção de verbas quando se excede por qualquer motivo o endividamento, etc., que era necessário e fazia todo o sentido manter as taxas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

O senhor deputado José Manuel Silva pediu a palavra.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Muito boa noite.

José Manuel Silva, PS.

Senhor Presidente, senhora Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores Vereadores, caros Deputados.

Antes de intervir sobre esta matéria, gostava de deixar aqui e certamente interpretando o sentido geral, um desejo de rápido restabelecimento ao nosso colega José Manuel Verdasca, que passa por uma fase menos boa da sua saúde. E depois



para introduzir uma nota mais agradada deixar aqui um abraço aos vinte e dois inscritos nos cadernos eleitorais de Maringá, que afinal não é na Amazônia, como dizia o Luís Filipe Menezes, mas no Estado do Paraná. E, saudar enfim, de uma forma expressiva, toda a comunidade de maringuenses, em particular os que são oriundos de Leiria.

Relativamente à questão que aqui me traz, que é a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, eu acho que nós nesta Assembleia, muitas vezes, agimos com dois pesos e duas medidas ou dois discursos e duas decisões, porque com frequência se apela aqui de uma maneira muito veemente, aos interesses e aos direitos das populações, mas depois, a Câmara Municipal sistematicamente se esquece desta matéria, quando se trata de introduzir impostos ou sobrecarregar a população com impostos. E esta matéria do IMI, é uma matéria particularmente gravosa para a generalidade dos cidadãos, como já toda a gente compreendeu.

E a política tem as regras que tem, mas esta matéria é uma matéria que para além de eminentemente política, é um instrumento de gestão.

A senhora Presidente da Câmara naturalmente lançou, como é suposto que faça, uma farpazita ao Governo de maioria socialista, pelo "agravamento" na opinião dela, das condições de funcionamento das autarquias locais, mas esqueceu-se de dizer que o reverso dessa medalha, é exigir-se mais rigor nas contas, mais rigor na administração das autarquias e mais rigor na aplicação dos dinheiros públicos. Coisa que nem sempre acontece. E portanto é fácil para quem neste caso é monopolista digamos assim, como é a Câmara Municipal nesta matéria, aplicar as taxas de IMI que bem entende, sem pensar com isso naturalmente que está a prejudicar e nalguns casos gravemente, os cidadãos da cidade. Aliás, a maior parte das pessoas, não tem consciência daquilo que pesa no seu orçamento, as decisões que nós às vezes somos obrigados a tomar, ou nos vários órgãos do Município ou nos SMAS, ou nesta matéria mais sensível que aqui agora nos traz.

A posição do Partido Socialista tem sido tradicionalmente a de não procurar ir para os máximos, no que respeita às taxas de aplicação do IMI. Já quando eu fui vereador, sempre votámos contra o agravamento destas taxas. A posição não mudou e portanto nós não votaremos favoravelmente esta proposta, porque entendemos que a proposta é gravosa para os munícipes, não é acompanhada de quaisquer justificações sólidas e fundamentadas que justifiquem o agravamento ou a manutenção das taxas agravadas, e portanto, recomendamos à Câmara Municipal



que cuide melhor da sua administração e da sua gestão, de modo a poupar na gestão corrente aquilo que aumenta no IMI. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Assim como para fazer omeletas é preciso ovos, para que as Câmaras Municipais possam corresponder aos justos anseios das suas populações, precisam de ter receita, e para haver despesa é preciso haver receita. E aqui no concelho de Leiria viemos a saber, por um estudo publicado num semanário económico e por um jornal local, que nós somos uma das cidades onde há menos impostos locais per capita. E se considerarmos as capitais do distrito, estamos então mesmo muito numa posição invejável, em décimo primeiro, *ex aequo* com a capital de distrito Beja. Portanto, não nos parece que haja efectivamente uma sobrecarga real sobre os cidadãos em termos de impostos e por isso estamos a favor da manutenção das taxas do IMI, que é um dos impostos locais que tem grande peso nas receitas locais. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

É agora a vez do senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Nós, ao contrário da bancada do PSD, pensamos que a taxa devia ser mais reduzida. Compreendemos que não há possibilidade de fazermos omeletas sem ovos, mas ir sempre ao mesmo cesto também não pode ser, e está toda a gente a ir ao mesmo cesto. Faz-se uma Lei de Finanças Locais, exactamente para criar as condições para transferir para as costas das populações, aquilo que o Estado depois não quer transferir. Bom, e nós não podemos também deixar entalar as populações neste jogo, que deixa os ovos todos no Poder Central e depois só conhecem os ovos do costume.



Então era para dizer, que eu li o relatório financeiro e não me parece que sejam 7%, o relatório financeiro está mal, porque estão lá 12% e já o ano passado, se não me engano, eram 9,8% ou quase 10% o aumento em relação a este imposto, e com a agravante de estarmos no último ano em que há o tecto. E portanto tudo isto vai disparar, porque quando acabar o tecto, eu quero ver o que é que vai acontecer aí. O que eu penso é que não é justo, estando nós a ver que o valor do imposto aumentou em 2005 quase 10% e que o relatório financeiro que hoje nos foi presente nos diz que até agora são 12%....

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor deputado, permite-me que o interrompa?

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É que essa leitura dos 11,6% é só considerando o IMI e a minha conta era IMI mais Contribuição Autárquica.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Pois, mas está lá o IMI 12%! E o que nós pensamos é que é preciso encontrar aqui também algum equilíbrio. Se eu aceito que o Município tenha que repor também, tendo em conta a inflação, é preciso encontrar aqui um número que nos permita reduzir ou vá adequando este imposto de acordo com o apuramento que vamos fazendo em relação a ele.

Eu também gostava de dizer o seguinte:

Nós temos discutido aqui uma coisa que já outros concelhos estão a discutir, particularmente Lisboa e Porto.

Sabendo nós que alguns proprietários do Centro Histórico têm quarteirões por conta deles e em geral degradados, isto é, possuem um vasto património que deixam degradar na esperança de que um dia aquilo que está por cima, que se sabe que vale pouco, possa permitir tirar partido do que está por baixo que são os terrenos, continuam a deixá-los degradar sem que a gente tome qualquer iniciativa em relação a esta matéria. E portanto, a Câmara pelo segundo ano consecutivo, ficou em fazer um estudo sobre isto, minorações para edifícios que estão habitados, para pessoas que fazem a reabilitação e a reconversão e portanto renovam as suas habitações.



Todo o apoio à revitalização do Centro Histórico, nenhum apoio à especulação, nenhum apoio a pessoas que não cuidam do património em relação a esta matéria. E portanto, vão aí buscar aquilo que estão a colocar em cima das costas de outros.

Daí que tenho aqui uma proposta, não vou demorar muito mais tempo, que vai no sentido de reduzir o valor da taxa no valor global conjunto, na ordem dos 9%. Deixo os 3% para compensar as quebras em relação à inflação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senho deputado Vitorino Pereira, faça favor.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

O PSD e o CDS revelam mais uma vez, a sua arrogância política e uma total insensibilidade social à revelia das promessas eleitorais. A difícil situação económica e financeira de muitas famílias, justifica a desoneração do imposto gravoso, incomportável para muitos orçamentos familiares.

Por outro lado, a passagem da contribuição autárquica ao regime de IMI, preconizando a intervenção de mecanismos de correcção de maior justiça fiscal, veio a traduzir-se pelo contrário, num pesado injustificado aumento da carga fiscal. A subida dos preços dos imóveis levou ao sobrendividamento em muitas situações, por força da especulação imobiliária. A proliferação de novas construções por outro lado, indicia uma maior previsibilidade de lucros. Há que tomar também em conta, a sobrevalorização do valor das habitações pela DGSCI, base do valor do cálculo, com situações em que o valor atribuído supera e muito, o valor de compra das habitações com claros prejuízos proprietários (exemplo claro disso é o caso da Nova Leiria).

Existe a necessidade de desafogar um pouco os contribuintes, promovendo uma maior justiça social. Ano após ano, têm sido quase sempre adoptadas taxas perto das máximas, o que conjugado com muitas isenções, tem permitido à Câmara Municipal grandes encaixes financeiros.

O Bloco de Esquerda é favorável à redução das taxas dos prédios urbanos da alínea b) do n.º 1 do artigo 112º, 0,60, e dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1, 0,30. Paralelamente e não só para colmatar eventuais perdas acima referidas, mas sobretudo para promover uma maior equidade social, é necessário proceder a um cadastro efectivo das habitações devolutas no concelho de



Leiria, por forma a que sejam reunidas as condições, para que se cumpra o ponto n.º 3 do artigo 112º do CIMI, isto é, as taxas previstas nas alíneas b) e c), prédios urbanos e prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, devem ser calculadas ao dobro, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano. Paralelamente e se após o cadastro resultar que os imóveis em causa tenham interesse particular e patrimonial para o Município, sugere-se, a agilização e apoio técnico a candidaturas aos programas do Instituto Nacional de Habitação (SOLAR ou RECRIA) quer se tratem de casos destinados à habitação própria ou permanente ou de renda, medida que terá exponencial pertinência no Centro Histórico da cidade e acabará por valorizar os esforços já levados a cabo por alguns moradores, muitos deles jovens, que têm tentado, ao constituírem lá a sua residência ou a edificar lá a sua actividade económica, darem um novo rumo àquele espaço.

Sugere-se também, um incentivo ao arrendamento dessas habitações requalificadas a jovens, como forma de atracção de populações ao Centro Histórico. Trata-se pois de promover uma política de uso dos solos pró activa, que converta as áreas agora devolutas, em espaços reabilitados em prol dos moradores, evitando assim a sua degradação e mesmo a insegurança.

A nossa proposta é pois, politicamente correcta, financeiramente possível e socialmente justificável. Tenho aqui uma proposta para efectuação da lista de fogos devolutos, que passava a ler:

PROPOSTA

- *Considerando que os fogos devolutos que ainda se mantêm à espera de melhor oportunidade para a especulação imobiliária, não são objecto de agravamento do IMI, e como a lei prevê;*
- *Considerando que não existe elaborada nenhuma lista pela Câmara de fogos devolutos;*
- *Considerando que colocar estas casas no mercado disponíveis para venda ou arrendamento, é uma das formas de reabilitação urbana;*
- *E considerando, conforme previsto pelo decreto-lei n.º 159/2006, de 08 de Agosto, que define o conceito fiscal de fogo devoluto, a Câmara Municipal deverá transmitir à Direcção Geral de Impostos, a listagem dos prédios ou fracções autónomas devolutas, até ao dia 30 de Novembro de cada ano.*



Assim, é urgente que o executivo municipal, tome as medidas necessárias, para que a lista de fogos devolutos chegue à DGI dentro do prazo.

Face ao exposto, A Assembleia Municipal reunida em 28 de Setembro de 2007 delibera:

- 1. Exigir ao executivo municipal a elaboração da lista de prédios devolutos até ao dia 30 de Novembro de 2007.*
- 2. Que seja decidido que os prédios devolutos, conforme está previsto na lei, sejam agravados com uma taxa de IMI em 100%.*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora Presidente queria esclarecer? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria só esclarecer esta questão dos prédios devolutos e dizer que esta proposta que acabou de ser feita vai penalizar igualmente toda a gente. Há prédios devolutos, conforme disse aliás o senhor deputado José Augusto Esteves, que pertencem a famílias que não têm condições para os reparar e há prédios devolutos que efectivamente podem ser pensados numa lógica de especulação imobiliária.

Relativamente a isto, queria dizer ao senhor deputado que o levantamento exaustivo dos prédios devolutos está feito. Nós temos esse levantamento e temos um levantamento que vai para além disso, faz uma caracterização das famílias proprietárias desses prédios. Ou seja, nós em qualquer momento podemos pegar nos prédios devolutos que pertencem a famílias que têm rendimentos que os podem recuperar e não estão recuperados e fazer o agravamento em termos de IMI, mantendo o desagravamento que neste momento está em vigor na generalidade para os outros. Por que é que ainda não o fizemos e temos todas as condições para o fazer, por exemplo para o ano, se entendermos que é oportuno? Porque era importante que, de uma maneira geral, com este desagravamento fosse dado um sinal de apoio do executivo à recuperação do Centro Histórico, e a verdade é que com certeza não só por isto mas também, porque nunca houve tantos prédios em recuperação como projectos em aprovação. Portanto parece-nos que fez sentido este desagravamento genérico durante algum tempo, para criar a vontade e algum incentivo para que se começasse a mexer nos prédios degradados e devolutos, sendo que, passada esta fase inicial, que tinha como objectivo principal criar a apetência e



o incentivo, temos condições para seleccionar dentro do Centro Histórico/Área Crítica, aqueles que devem ser agravados do ponto de vista de IMI, porque pertencem a famílias com condições financeiras para fazerem recuperação, e por outro contrário, manter o desagravamento, se calhar até maior, para aqueles que estão devolutos e que pertencem a pessoas que não têm condições financeiras para os recuperar.

Era só senhor Presidente!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia, é para um pedido de esclarecimento.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Senhora Presidente um pedido de esclarecimento, avive-me a memória por favor.

Não está cá presente o deputado António Sequeira, mas é ou não verdade, que numa Assembleia Municipal semelhante a esta, em que se discutiu este mesmo tema, nomeadamente dos devolutos do Centro Histórico, e perante a proposta do senhor deputado António Sequeira a senhora disse (avive-me a memória) mais ou menos isto *“é uma proposta interessante, já não está a tempo neste momento, no próximo ano incorporaremos essa sua proposta”*.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Lembro-me perfeitamente dessa proposta do senhor deputado António Sequeira, aliás como deste tema já ter sido falado várias vezes, de ter dito que era uma proposta interessante. E nós entendemos que este ano ainda não era o momento para fazer essa diferenciação. Foi o nosso entendimento, tendo em conta o efeito que consideramos evidente desta questão do desagravamento, em termos de motivação para a recuperação. Como digo não é exclusivo, não é só por isto, mas este pode também ter sido um motivo para que haja esta movimentação significativa no Centro Histórico, em termos de recuperação de imóveis.

Estou convicta que se nós mantivermos este ritmo iremos ter condições, com o levantamento que neste momento está feito e para além do levantamento de estar devoluto ou não estar devoluto, que tem a indicação social do proprietário e da família e de quem lá vive, para poder introduzir em qualquer momento esta diferenciação de taxação. Entendemos é que neste momento ainda não era oportuno.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado Vitorino Pereira deseja intervir? Faça favor!

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Portanto, se houver um compromisso da Câmara, digamos num prazo de noventa dias, e for entregue a esta Assembleia um estudo sobre essa situação, nós retiramos a nossa proposta.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Em qualquer momento nós disponibilizamos o estudo que temos!

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Muito bem, então retiro a proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Fica então na Mesa a proposta do senhor deputado José Augusto Esteves, a quem pedia que lesse a proposta...

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Senhor Presidente peço desculpa, mas é que fui aqui elucidado e realmente passou-me esta questão. Este estudo é só sobre o Centro Histórico senhora Presidente?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sim, é sobre a Área Crítica!

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Mas também há prédios devolutos sem ser no Centro Histórico!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor deputado, nós damos prioridade ao Centro Histórico e à Área que está classificada como zona crítica de intervenção. Acredito que haja, mas o mais significativo é no Centro Histórico.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados pedia a vossa atenção à proposta do senhor deputado José Augusto Esteves, para a votarmos de seguida.



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

É muito simples!

PROPOSTA

Tendo em conta que o Imposto Municipal sobre Imóveis tornou a crescer nestes meses e já passados do ano de 2007 cerca de 12%, tal como já havia acontecido em 2006.

A Assembleia Municipal de Leiria reunida para a fixar as taxas do IMI para 2008, decide:

- Aprovar as taxas propostas pela Câmara Municipal com uma redução de 9% das referidas taxas (valor global conjunto).

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós estivemos aqui a discutir mas parece-me que a proposta de alteração deveria ser votada primeiro, sob pena de exclusão. Penso que é mais lógico assim.

Quem vota a favor desta proposta?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com sete abstenções e dezasseis votos a favor, rejeitar a proposta .

Segue-se a proposta da Câmara Municipal para fixar as taxas do IMI para 2008.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com trinta votos a favor, vinte e um votos contra e quatro abstenções, fixar as taxas do imposto municipal sobre imóveis nos seguintes valores:

- Prédios urbanos[b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,78%;-

- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,48%;

- Para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto n.º 15/2001, de 22 de Março, minoração de:



- 23% para a taxa da alínea b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0.6%.

- 20% para a taxa da alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,4%.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Uma explicação muito rápida senhor Presidente.

Este método de fixação da derrama com a nova Lei das Finanças Locais é alterado. Como é sabido, anteriormente era fixado sobre o valor do IRC, e passa a ser de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, aplicado sobre o lucro tributado.

Ora bem, esta alteração de cálculo irá originar alterações de receitas. Não temos exactamente aferido, nem será fácil fazê-lo, qual é a implicação que isto vai ter nas receitas arrecadadas pelas autarquias. Há no entanto um ensaio feito pela Associação Nacional de Municípios que aponta para haver uma quebra de receita com este novo cálculo. Isto é, as Câmaras, os Municípios, irão receber menos dinheiro, tendo em conta que a forma de cálculo é diferente. E portanto, estamos aqui um bocadinho a

4. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2008 – *Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/09;*

com o arrefecimento da Economia e com o IRC pago pelas empresas.

E portanto, a nossa proposta, como temos neste momento em vigor no valor máximo com base no IRC, é propor o valor máximo com base na nova fórmula de tributação, sendo que como digo é algo desconhecido o impacto que este valor vai ter. O que entendemos é que, se nos apercebermos que ao contrário do que prevê a Associação Nacional de Municípios, irá haver uma diminuição da receita, se verificarmos que há até tendência a aumentar, , será corrigida para o ano, uma vez que este é o primeiro



ano de execução de acordo com a nova Lei das Finanças Locais. Portanto a proposta é 1,5% sobre o lucro tributável, ou seja, o valor máximo que é previsto na Lei.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado José Manuel Silva!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Ora bem, vamos então ensaiar aqui a fórmula dos “ovos” e das omeletas sem ovos. Sobre esta questão da derrama, a senhora Presidente da Câmara disse baixinho mas toda a gente deve ter percebido, que a Câmara fixou o valor máximo. E o Partido Socialista defendia, que não se fosse para o valor máximo mas que se fosse para o valor de 1,3% em vez de 1,5%. Sobre esta questão da derrama, importava aqui dizer o seguinte:

Nós percebemos e eu certamente concordarei e o deputado Pedro Faria concordará comigo, que as Câmaras precisam de se financiar e precisam de receita.

Agora o problema é da estratégia de aplicação da receita. E aquilo que sistematicamente tem merecido a nossa reprovação, é a forma como a Câmara Municipal de Leiria aplica parte substancial das receitas que auferem, e dentro de poucos minutos voltaremos aqui para falar numa questão em que isto é absolutamente evidente. E nesta matéria da derrama, como toda a gente sabe, a derrama é um instrumento que permite agir sobre o desenvolvimento económico dos concelhos, porque é um instrumento que permite fomentar ou não fomentar agravar, as condições de funcionamento das empresas.

Eu naturalmente que me congratulo, e não estou aqui a pessoalizar nada com a questão que há bocado foi apresentada, sobre o gás, mas não percebo porque é que o mesmo raciocínio não se aplica à derrama. Não é só o preço do gás que agrava a competitividade das empresas do Concelho de Leiria, a derrama fixada no valor máximo de 1,5%, também é um elemento de agravamento das condições económicas das empresas que estão no Concelho de Leiria. Portanto sejamos coerentes! E nesse caso, se queremos baixar o preço do gás, porque queremos dar mais competitividade às empresas, se queremos baixar custos de produção porque na concorrência com os nossos parceiros perdemos em termos de competitividade, é altura também da Câmara dar um contributo positivo ao desenvolvimento das empresas do concelho e não fixar a derrama no máximo que é 1,5% e fixá-la na proposta que o PS fazia e que era 1,3%.



E portanto, a proposta do PS, é de que não se fixasse a derrama em 1,5%, que é o máximo, e se fixasse em 1,3%, como um sinal à economia do concelho, de que a Câmara se preocupa e que a Câmara utiliza a derrama como um instrumento de fomento do desenvolvimento económico do concelho. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Nós consideramos, no PCP, que a derrama é uma situação diferente das famílias, onera um outro tipo e particularmente as grandes empresas e os grandes negócios. Agora, há uma coisa que eu não compreendo, é que, sabendo a Câmara e até percebe isso pela quebra das receitas, de que há hoje aí empresas em dificuldade, e particularmente as pequenas empresas, e abrindo a lei a mão à possibilidade de uma taxa diferenciada entre empresas que tiveram um volume de negócios no ano anterior inferior a cento e cinquenta mil euros, das outras, porque é que ao menos não se dá esse sinal de diferença em relação à derrama?

Eu julgo que nós ainda podemos, em relação a esta matéria, decidir até 31 de Dezembro e portanto temos espaço para ponderar. Eu gostava que a Câmara aceitasse, retirar a sua proposta e rever, digamos fazer aqui a diferenciação em relação às micro empresas, em relação às pequeníssimas empresas que são oneradas tal como são onerados os bancos, as grandes empresas, etc.

E daí que, eu estou aqui na dúvida se devo apresentar uma proposta ou se devo fazer um desafio à senhora Presidente no sentido de reconsiderar ir à Assembleia antes do final do ano, trazer aqui uma nova proposta onde faz essa diferenciação, que pelo menos se considere essa possibilidade. Se a senhora Presidente aceitar digamos reformular essa proposta, eu não apresento a proposta, independentemente do destino dela, provavelmente não passará por maioria, mas talvez fosse justo reconsiderar essa possibilidade, embora sabendo que há de facto uma redução de 10% em relação ao ano passado, mas esta é uma receita eventual, não é uma receita igual às outras receitas. Daí que, eu espero pela palavra da senhora Presidente, antes de apresentar a proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.



Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho.

A pouca clarificação da situação interna do meu partido levaria a que eu hoje não fizesse qualquer intervenção. No entanto, esta é uma questão que sempre me foi particularmente importante, razão pela qual eu não posso deixar de vir pedir à senhora Presidente que pondere devidamente, a proposta do deputado José Augusto Esteves, porque me parece que tem alguma pertinência e, digamos sem ter impacto ao nível do que pode ser a receita para a Câmara Municipal, acho que aportaria um conceito de justiça relevante a esta matéria.

Aqui para o nosso colega deputado José Manuel Silva, gostava de deixar uma palavrinha. Já agora a questão dos combustíveis que é tão importante e que tanto onera o custo das nossas empresas, e que realmente nos está a afectar a competitividade de uma forma importante, e tantas outras coisas, é que lamentavelmente a questão do gás que aqui foi levantada só tem um problema, é que a generalidade dessas empresas não tem o problema da derrama, dão prejuízo, isso é que é complicado. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais intervenções, senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, o raciocínio que nós fizemos é que a derrama, é sempre um imposto sobre lucros. E portanto, se as empresas não têm lucros não pagam derrama. Se há empresas efectivamente, como acredito que haja, com algumas dificuldades, não têm lucro, e como não têm lucro não há derrama. É um imposto sobre o lucro, e eu entendo que foi este o nosso raciocínio. A única diferença é que a fórmula de cálculo é diferente.

Eu admito perfeitamente que possamos analisar isto com outra profundidade, no sentido de ver se de faz algum sentido criar aqui uma situação excepcional e não estejamos a ver que é só sobre os lucros, e se é sobre os lucros quem não tem não paga. E tentar ver se há alguma possibilidade ou se faz algum sentido, como diz o deputado José Augusto este é um assunto que tem que ser decidido até ao final do ano, temos que comunicar a derrama até ao final do ano, por norma vem em



Setembro como vem o IMI, mas estes impostos têm que ser comunicados até ao final do ano.

Eu admito perfeitamente retirar a proposta e analisar se efectivamente faz algum sentido essa sua lógica, se isso vai beneficiar efectivamente, em que medida é que vai beneficiar as empresas que estão em dificuldade. Porque o meu raciocínio neste momento é que as empresas em dificuldade não pagam derrama! E portanto, se não pagam derrama tanto faz ser 1,5% como 1,2%, como 1,3%.

Vamos retirar e vamos ver, porque posso estar aqui a ter alguma falha de raciocínio, tendo em conta a nova fórmula de cálculo, que efectivamente tem aqui estas nuances, e se fizer sentido que isso vá beneficiar de certa maneira as empresas com alguma dificuldade, não temos qualquer tipo de problema. Mas é preciso também perceber-se o seguinte:

A derrama é um imposto que incide sobre todas as empresas, não só aquelas que têm sede no concelho Leiria como aquelas que, sendo de fora, têm aqui as suas delegações e os seus serviços. Isto é, pagam derrama a Leiria os bancos, as grandes superfícies, as seguradoras, etc., proporcionalmente ao número de empregados.

Em determinada altura, porque era um elemento importante para esta Assembleia e para nós também fazermos o estudo, quisemos saber qual é o valor da derrama que diz respeito às empresas com sede em Leiria, que são mesmas empresas de Leiria, e qual é o valor da derrama que diz respeito a empresas que não sendo de cá, pagam cá derrama proporcional ao número de trabalhadores. Nunca conseguimos, apesar de vastíssimas insistências junto da Administração Fiscal, ter esta informação. O que eu vos posso dizer é apenas meramente informativo: o meu colega de Viseu soube, que em Viseu a proporção era 40% de empresas locais e 60% de empresas de fora que pagavam derrama. Este elemento importante para nós avaliarmos e quando fazemos a análise, dizer isto prejudica as empresas de Leiria e prejudica na proporção em que as empresas de Leiria têm neste bolo, porque há uma proporção muito grande que tem a ver com as tais empresas de fora como os bancos por exemplo. O IRC subiu significativamente no País, segundo é dito, foi o próprio Primeiro Ministro que disse isto quando cá esteve, subiu 30% no País. E todos sabemos que subiu porque subiram os lucros dos bancos, sobretudo dos bancos. Não foi a actividade económica.

Há aqui realmente alguma falta de informação, que para nós era muito importante para analisarmos isto no seu contexto global. Como digo, é importante nós



percebermos se esta nova forma de tributação poderá, fixando um valor mais baixo sobretudo para as pequenas empresas, ter algum efeito prático nessas pequenas empresas, e não vá ter efeito prático naquelas médias ou até algumas que não têm sede em Leiria e que têm resultados significativos. E portanto retiramos este ponto,

5. NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, DE ACORDO COM O ART.º 48º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO – Apreciação, discussão e votação
vem a tempo na próxima Assembleia Municipal de Dezembro, e vamos analisar este contexto. Se efectivamente se justificar reduzir para as pequenas empresas com dificuldade, não vejo qualquer tipo de problema.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito bem, fica retirada a proposta da Câmara Municipal para fixação do valor da derrama. Isto significa que a proposta dos senhores deputados também é retirada.

Senhora Presidente deseja dar alguma explicação? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito rapidamente!

Esta é mais uma das obrigações da nova Lei das Finanças Locais, para esse feito cabe mais uma vez à Assembleia Municipal a aprovação da indicação do Revisor Oficial de Contas e do Fiscal Único. A Câmara fez uma consulta a dez empresas, corresponderam nove e foi seleccionado o preço mais baixo, que é a proposta que aparece feita, com valor de cerca de trinta mil euros para três anos. Portanto é nesse sentido que aparece esta proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este assunto?

Não há! Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal e nomear como auditor externo do Município de Leiria a firma Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.

6. EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA ATÉ AO MONTANTE DE €12.644.526,00, DO BANCO DÉXIA - ADITAMENTO AO CONTRATO DE MÚTUO – Apreciação, discussão e votação;
07-09-28 AM



Senhora Presidente deseja dar alguma explicação? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, para pouparmos tempo e sermos mais objectivos, fazia a análise dos dois pontos.

Trata-se de dois empréstimos que foram contraídos ao Banco Déxia para a construção do Estádio, e o que aqui vem é a finalização de um processo negocial com o próprio banco, tendo em conta as subidas significativas das taxas de juro que se tem verificado nos últimos tempos. No fundo a negociação consistiu em diluir no tempo os empréstimos, aliviando os pagamentos das prestações actualmente e nos próximos anos, quer juros quer amortizações, o que vem aliviar sem dúvida nenhuma o peso da implicação na Tesouraria. Esta negociação também foi possível porque a nova Lei das Finanças Locais vem permitir que a contracção de empréstimos se dilua no tempo superior àquilo que era previsto na lei anterior. É uma das vantagens grandes da nova Lei das Finanças Locais. Isto é, a Lei das Finanças Locais anterior fixava em vinte anos a contracção de empréstimo, a nova diz que os empréstimos podem ser contraídos por tempo coincidente com o período de amortização do investimento. Portanto, estamos aqui perante um investimento que não tem um período de amortização de vinte anos, como é sabido é superior e isto permitiu-nos esta negociação, o que não tinha sido possível quando foram contraídos os empréstimos, porque a Lei das Finanças Locais era mais limitativa neste caso.

Só para dar aqui um exemplo, no primeiro empréstimo o que aí é focado, por exemplo uma prestação a pagar em Abril do ano que vem, juros mais amortizações, reduz-se de setecentos e oitenta mil euros para quatrocentos e nove mil euros. Há aqui uma redução significativa das prestações a pagar, com naturalmente, a consequência da diluição no tempo do empréstimo.

No segundo caso, a lógica é a mesma, o raciocínio é exactamente o mesmo, outra vez apenas como exemplo, com juros e amortizações, uma prestação de Abril de 2008 passa de cerca de quinhentos mil euros para trezentos e quarenta e oito mil euros. Isto é uma negociação, entendo eu, correcta do ponto de vista de gestão e que vai ter como implicação imediata aliviar o esforço de Tesouraria.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Manuel Silva!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

Ora aqui está um caso evidente de como se fazem omeletas sem ovos.

A Câmara fez um Estádio, não tinha ovos para fazer um Estádio, e agora está a passar para os nossos netos, o pagamento de uma responsabilidade que devia ser assumida pelos senhores que estão aqui e que naturalmente não vão assumir.

Esta questão dos empréstimos, evidentemente senhora Presidente da Câmara, com toda a estima e consideração que tenho por si, como é público e é sabido, que isto é uma questão de gestão, aliás, as famílias portuguesas que estão endividadas, andam exactamente a fazer a mesma coisa. Mas o problema aqui que politicamente é relevante, não é nós dizermos que sim senhora, que concordamos ou não concordamos com o facto do empréstimo passar de vinte anos para vinte e cinco, é uma questão que é mais funda do que esta. E a interrogação que eu queria aqui deixar, o sublinhado que queria aqui deixar é este:

Quanto tem custado aos cidadãos de Leiria e aos cidadãos do País inteiro, a situação do Estádio que está há quatro anos ou há três anos por concluir? Quanto custa por dia a não conclusão daquela obra, e a quem são politicamente assacadas responsabilidades e responsabilidades que não são só políticas mas de gestão pura e dura, por uma medida que foi tomada a seu tempo? E certamente todos nós nos congratulamos com a construção do Estádio, isso está fora de questão, alguns poderão não se congratular mas eu não faço parte desse grupo. Eu acho que o Estádio devia ser construído, não naquele sítio mas noutra sítio, nós sempre nos batemos contra a construção do Estádio ali, mas nunca pusemos em dúvida a construção de um Estádio em Leiria. Agora o que há aqui claramente, é uma má orientação relativamente ao projecto de financiamento do Estádio e sobretudo às condições posteriores à construção do Estádio, que motivam esta situação que naturalmente todos nós compreendemos agora, que a Câmara endividada como está, precisa de aliviar a sua dívida de curto prazo e passá-la para dívida de mais longo prazo. O problema é simples senhora Presidente!

Nós compreendemos, é uma medida de gestão, mas resulta de um acto negativo da sua gestão, e politicamente como aqui se tem dito várias vezes, há que



responsabilizar quem toma as decisões erradas. E neste caso, a Câmara a que a senhora preside, tomou uma decisão errada sob o ponto de vista político e do ponto de vista económico-financeiro. Continuou a decidir mal nesta matéria ao longo destes anos e continuamos passados três anos, depois do Estádio ter sido construído, com o Estádio na mesma situação. É isso que origina o problema da necessidade deste empréstimo.

E portanto, isto é uma medida de gestão que nós compreendemos, não aceitamos, e consideramos que devem ser assacadas responsabilidades a si e à sua equipa, do ponto de vista político e do ponto de vista da gestão relativamente a decisões erradas que têm sido sistematicamente tomadas nesta matéria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Somos frontalmente contra a alteração dos prazos e das suas taxas de juro. Não podemos ser indiferentes a mais uma manobra, que agravará o futuro dos cidadãos do concelho, aumentando uma dívida já de si altamente penalizadora das finanças da autarquia, tanto quantitativamente através do aumento dos juros, mais de um milhão de euros nas actuais condições de mercado, mas cuja tendência é de subida da taxa de juro (veja-se o aumento já hoje efectuado da taxa Euribor, como temporariamente, vai até ao ano 2032).

O que o executivo pretende é diminuir os encargos que tem de suportar no imediato por inépcia sua e assim aliviando as preocupações, imputando os encargos e responsabilidade que daí decorrem a outros. Simplificando, eu recebo e gasto e quem vier que pague mais esta conta, entretanto quem perde, somos nós, os habitantes do concelho. Um erro, a construção de um Estádio, não pode nem deve ser resolvido com outros como pretende o executivo. Desde sempre fomos contra o processo megalómano do Estádio, e infelizmente o tempo tem-se encarregado de nos dar razão. O nosso voto é pois, no sentido da não aprovação do aditamento ao contrato mútuo, nos termos pretendidos pelo executivo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.



Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, só duas notas em relação à intervenção, sempre muito interessante, do senhor deputado José Manuel Silva, e registar uma afirmação que ele ali fez, que é “todos nos congratulamos com a construção do Estádio”.

Como não se fazem omeletas sem ovos, tiveram que se fazer.

E uma segunda nota, essa decisão política já foi julgada pelo povo. Em determinada altura votou, já o Estádio estava construído, já os empréstimos tinham sido contraídos, já toda esta verdade tinha sido posta em causa.

Dar uma terceira nota que também penso que é importante.

O cashflow do Estádio neste momento é positivo, o que significa que a gestão do equipamento está a ser bem feita de maneira a não dar prejuízo, o que já é julgo eu, muito bom, face a outros estádios que se fizeram noutros sítios e em que isso não está a acontecer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado, mas não vamos aqui andar a responder continuamente...

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

A senhora Presidente tem direito a falar e eu tenho direito a responder.

Primeira nota:

O PS e eu, que sou mais que insuspeito nessa matéria porque não me limito a dizer aqui, escrevi e disse-o variadíssimas vezes na Câmara Municipal e fiz variadíssimas intervenções, sempre afirmámos a mesma coisa, a nossa total oposição à construção do Estádio naquele local, com aquele modelo de financiamento.

Relativamente à questão dessa matéria já ter sido politicamente julgada, não se utilizem as eleições para branquear medidas de gestão que não são correctas.

Do ponto de vista da construção do Estádio e da forma como todo este processo de gestão tem sido conduzido, não são as eleições que branqueiam a gestão da Câmara, porquanto, há aqui um facto absolutamente indesmentível, senhora Presidente e com toda a estima e consideração que nós temos um pelo outro, é preciso que as coisas sejam ditas com clareza. A engenharia financeira que foi montada para a construção do Estádio, passava pela rentabilização do topo norte que até este momento não



aconteceu. E essa matéria não tem que ver com eleições, tem a ver com uma decisão que está quando os senhores sabiam que não podiam rentabilizar o topo norte do Estádio Municipal de Leiria até ao montante de € 9 700 000,00 nas condições que inicialmente foram previstas. Aliás, nós quando estávamos na Câmara, no âmbito da discussão relativamente à questão do topo norte, como em relação ao acordo que foi feito na altura com a União Desportiva de Leiria, havia dados falseados relativamente ao acordo que foram depois provados à sociedade. Portanto, a posição que os vereadores do PS tiveram na Câmara foi de abstenção relativamente a esta matéria do empréstimo, e nós acompanharemos essa decisão que os vereadores do PS tomaram. Mas é preciso que fique claro, que esta matéria não significa estar a branquear decisões que foram erradas e que continuam a ser erradas. Venham ou não eleições por trás.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Na sua opinião! Por isso é que é a democracia e por isso é que o povo julga as opiniões e as decisões.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Penso que não havendo mais inscrições e dado que como foi dito, estes dois pontos estão intimamente relacionados e a aprovação de um ou reprovação significa a do outro, eu vou pôr as duas propostas à votação.

Quem vota contra esta primeira proposta da Câmara?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, um voto contra e vinte e três abstenções, autorizar e aprovar a proposta de arbitragem apresentada pelo Banco Dexia Crédit Local.



Quem vota contra esta primeira proposta da Câmara?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, um voto contra e vinte e três abstenções, autorizar e aprovar a proposta de arbitragem apresentada pelo Banco Dexia Sabadell Banco Local, SA.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Uma informação que chegou à Mesa entretanto, é de que foi acordado entre os partidos representados na Assembleia Municipal, que a Comissão de Acompanhamento do Concurso da Zona Comercial tenha as seguintes reuniões desde já marcadas, na sede do Município de Leiria:

- 1ª reunião a 19 de Outubro de 2007, às 21h30m
- 2ª reunião a 22 de Outubro de 2007 às 21h30m

8. ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES – *Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;*

Alguém deseja intervir?

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências da Freguesia de Marrazes.

9. PAINÉIS PUBLICITÁRIOS NA ÁREA DA CIDADE DE LEIRIA (ZONA URBANA) – SUSPENSÃO DOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO – *Apreciação, discussão e votação*

07-09-28 AM

69



Alguém deseja intervir?

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção, aprovar a proposta de suspensão dos pedidos de licenciamento de painéis publicitários na área da cidade de Leiria.

10. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º T102/95 – PAVILHÃO DESPORTIVO DA FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – Apreciação, discussão e votação

Alguém pretende discutir este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente eu dava a palavra neste e no outro ponto à senhora vereadora Isabel Gonçalves que dará as explicações.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Acham que não é preciso explicações? Está tudo claro?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar o ajustamento de pormenor no processo de loteamento n.º T102/95 – Pavilhão Desportivo da Freguesia de Santa Eufémia.

11. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 628/06 - AVIFRAN – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA - AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – Apreciação, discussão e votação

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar o ajustamento de pormenor no processo de obras particulares n.º 628/06 – AVIFRAN - Investimentos Imobiliários, Lda.



12. REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ACTIVIDADE FÍSICA, DESPORTO E JUVENTUDE – Apreciação, discussão e votação

Está à discussão!

Faça favor senhor deputado João Fonseca!

DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

João Fonseca, Partido Socialista.

São só duas ou três questões muito rápidas.

Queria solicitar à senhora vereadora um esclarecimento relativamente ao presente Regimento, que no global penso que está bem feito. É no sentido de nos esclarecer aqui no artigo n.º 4º, em relação à constituição deste Conselho, que elenca duas comissões especializadas. Uma chamada Comissão de Actividade Física e Desporto e a outra Comissão da Juventude.

Eu queria perguntar quem é que faz parte destas Comissões, porque no Regimento não está explícito, não sei se eventualmente as comissões existentes vão ser transpostas para a actual constituição, isto não está claro e era importante fazer essa clarificação.

No artigo 6º diz o seguinte:

“Devem existir tantas comissões especializadas quanto as que pela sua especificidade aconselhem a formação das mesmas.”

Eu lembro que no ano de 2006, faziam parte deste conselho as seguintes comissões especializadas: A Comissão de Desporto Federado, a Comissão de Educação Física e Desporto na Escola, a Comissão de Desporto, Lazer e Aventura, a Comissão para a Área da Formação Desportiva, a Comissão das Opções Estratégicas para uma Política Autárquica, e a Comissão do Associativismo Juvenil.

Eu pergunto, havendo tanta comissão especializada, se o Regimento dá origem a que essas comissões se formem mas não fazem parte constituinte do Conselho, é isso? Ou seja, são comissões que se vão constituir mas depois não fazem parte do Conselho? Não é isso? Então depois agradecia que me explicasse por favor.

Por último, a questão da periodicidade das reuniões.

Era importante que ao escrever-se que a comissão, neste caso este conselho, sendo constituído por estas duas comissões tem a obrigatoriedade de reunir uma vez de três em três meses. Eu pergunto, como há tanta dificuldade nas reuniões das várias



comissões que esta Assembleia tem criado, se à partida isto será para ficar apenas escrito e depois não se cumprir.

Só mais uma nota relativamente à análise que foi feita por mim às comissões existentes no ano anterior, porque segundo a informação, ainda não existem comissões formadas este ano, e fazer uma abordagem ao associativismo juvenil, tal como ele é tratado e tal como ele é apoiado pela ferramenta que a Câmara tem, o PAAJ, que não distingue aquilo que são associações juvenis que têm trabalho comunitário e aquilo que são as associações de estudantes.

Eu acho que era importante haver aqui, de uma vez por todas, uma diferenciação, porque todas elas fazem trabalho e é meritório, e deve ser apoiado, mas são âmbitos completamente diferentes. Era importante que esses programas que a Câmara tem viessem aqui, que não fosse só o Regimento que viesse aqui para ser discutido e aprovado, mas também as formas de apoiar o associativismo e de que forma é que ele pode ser diferenciado. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Não há mais ninguém inscrito, a senhora vereadora vai prestar os esclarecimentos. Faça favor!

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E JUVENTUDE)

Muito obrigada senhor Presidente.

Boa noite senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Este Regimento, que não é novo, que é basicamente uma alteração do anteriormente existente, surge pelo facto de também ter sido publicada uma nova lei de bases da actividade física e do desporto, o que motivou que houvesse uma alteração de denominação do Conselho Municipal que antes era só Conselho Municipal de Juventude e Desporto e que passa a designar-se Conselho Municipal da Actividade Física, Desporto e Juventude. Em adequação à nova legislação, verificámos que esta adequação motiva também que haja uma adequação e uma alteração deste Conselho Municipal e do respectivo Regimento.

As duas comissões especializadas são as que se designam no artigo 4º. Em relação às questões mais específicas que colocou e à composição destas comissões



especializadas, foi já verificado anteriormente, e com o anterior Regimento, que a composição não era a mais adequada. E portanto, vai ser agora, após a aprovação deste novo Regimento, se for esse o caso, que vão surgir as primeiras reuniões e vai ser debatido efectivamente qual é a composição mais adequada para estas duas comissões especializadas, sendo a Comissão da Actividade Física e Desporto e a Comissão da Juventude, por forma a que realmente o seu trabalho seja consequente. Como disse e muito bem, muitas vezes estas comissões quando integram muita gente, para além daquela que é estritamente necessária, acabam por não funcionar adequadamente. E portanto, o que se pretende é que uma vez aprovado este Regimento, se ponham a funcionar devidamente estas duas comissões especializadas, integrando elas próprias todas aquelas associações que realmente entendemos que devem participar activamente e que trarão uma melhoria ao trabalho que até aqui vinha a ser feito. Portanto, é essa a nossa intenção ao melhorarmos também este Regimento. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Alguém mais quer intervir? Não!

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra este Regimento do Conselho Municipal da Actividade Física e do Desporto e Juventude?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar o Regimento do Conselho Municipal da Actividade Física e do Desporto e Juventude.

Seguem-se portanto os dois novos pontos aditados à ordem de trabalhos, cuja inclusão já foi aprovada.

13. ENTRADA LIVRE NO CASTELO – ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS – Apreciação, discussão e votação

Eu suponho que toda a gente recebeu uma cópia do documento.



Alguém quer intervir sobre este assunto?

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o pedido de isenção de taxa de entra no Castelo em dias comemorativos, com efeitos retroactivos aos dias 27 e 28 de Setembro.

14. RELATÓRIO DA COMISSÃO CONSTITUÍDA POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 –ALUGUER DE UM GERADOR PARA APOIO AO COMPLEXO MUNICIPAL DAS PISCINAS DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação

Finalmente o segundo ponto aditado e último da ordem de trabalhos, e peço que não se retirem logo após a votação deste documento, porque temos que discutir o problema da data da próxima sessão da Assembleia Municipal, por causa da habitual época de Natal e Ano Novo.

O senhor 1º secretário pediu a sua dispensa da Mesa, declarando-se impedido de participar na apreciação, discussão e votação deste ponto.

Este é um relatório que tem uma proposta muito clara e objectiva, não sei se justifica haver discussão. Foi uma Comissão nomeada por esta Assembleia, que produziu um Relatório e que lhe dá uma sequência. Em síntese, sugere e recomenda o envio do processo ao Ministério Público para apurar responsabilidades.

Naturalmente que se houver alguém que pretenda discuti-lo, poderá fazê-lo.

Preferem que seja lido o relatório? Então eu peço ao senhor deputado Cláudio de Jesus que o leia. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Ora bem, como se recordarão a Comissão foi constituída na última Assembleia Municipal do ano transacto. Reunimo-nos, salvo o erro, nove vezes, o relatório circunstanciado dos factos está aí, e eu gostava de dizer também que anexos a este relatório, estão as gravações das audições que fizemos aos vários intervenientes ao longo deste processo e estão disponíveis aqui junto da Teresa, para consulta, para



alguém que queira tomar conhecimento de alguns aspectos em particular ou do seu todo.

E portanto, nós entendemos que sendo este um documento subscrito pelos cinco membros que compuseram a Comissão, é um documento de unanimidade que no fundo, faz uma recomendação de eventual apuramento de responsabilidades e recomenda mesmo o envio de todo o processo ao Ministério Público. Esclarecimentos adicionais estamos disponíveis naturalmente, dentro das nossas capacidades, para vos ajudar a esclarecer. Tão somente isto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos André, faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, não vou pedir esclarecimentos adicionais ao senhor deputado Cláudio de Jesus. Vou tecer algumas breves considerações sobre este momento que estamos a viver aqui e o documento que nos é apresentado.

E a primeira consideração que gostaria de fazer em nome do Partido Socialista, é sublinhar a qualidade do trabalho desenvolvido por esta Comissão. E, ao sublinhar a qualidade do trabalho desenvolvido por esta Comissão, também devo realçar o espírito de isenção, naturalmente que é o cumprimento do dever, mas não posso deixar de realçar o espírito de isenção, com que o coordenador digamos assim dessa Comissão, exerceu essa função e apresentou aqui o seu trabalho. E portanto, uma palavra de apreço, é justa, em relação à actuação do senhor deputado Cláudio de Jesus, pela forma como conduziu esta questão, que é uma questão delicada. É verdadeiramente uma questão delicada.

Não nos importa agora aqui pedir esclarecimentos excessivos. Na nossa opinião, este relatório é suficientemente esclarecedor não em relação aos factos, que não tem que ser, mas em relação à proposta que dele decorre. É um relatório suficiente para conduzir a esta proposta – remeta-se ao Ministério Público.

E portanto nesse aspecto, suponho que é muito importante sublinharmos o realce do trabalho que aqui foi desenvolvido e é importante também sublinhar, como pode uma Assembleia Municipal desenvolver a sua actividade de fiscalização de tudo



quanto importa ao Município. Esta digamos, é a primeira reflexão que eu gostaria de fazer.

A segunda, visto que não quero aqui desenvolver nenhum processo de intenções em relação a ninguém, não esperem isso da minha parte, mas importa de vez em quando assumirmos ou sempre, as nossas responsabilidades políticas. E não posso deixar de sublinhar aqui, que quem despoletou este problema foi um vereador do Partido Socialista, sempre incomodado, sempre desconfortável, sempre desassossegado em relação a este problema. E isso tem que ser dito aqui, insistiu e nós insistimos várias vezes nesta Comissão.

A prova de que esse incómodo, de que essa suspeição, de que esse desassossego eram fundamentados está aqui. Há aqui duas ou três questões que carecem de ser explicadas e não é por nós, é por organismos com outra competência, com competência policial, porque há aqui dúvidas que ninguém consegue explicar.

Como é que se adjudica uma coisa, em data anterior aos pedidos de proposta, por exemplo? Não se percebe! Não se percebe como é que é entregue combustível e não há guias de entrega de combustível, por exemplo? Mas podíamos aqui citar mais coisas. Não vale a pena!

O documento é suficientemente claro, o documento levanta dúvidas muito sérias, sobre a existência de processos legais, até pode não ter sido ninguém da Leirisport, até pode não ter sido ninguém que exerça cargos, o Município ou a Leirisport podem ter sido enganados, por exemplo, compete às autoridades agora averiguar e nós gostaríamos de dizer aqui que apoiamos integralmente o trabalho desta Comissão e apoiamos a proposta que dela resulta, ou seja, remeta-se ao Ministério Público.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Mais alguém deseja intervir sobre este assunto? Não!

Então vamos pôr à votação este relatório e esta proposta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria com uma abstenção, aprovar o Relatório da Comissão constituída por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de



2006, com o objectivo de avaliar a as circunstâncias que conduziram à decisão de alugar um gerador para apoio ao Complexo Municipal das Piscinas de Leiria. Mais deliberou, que o presente Relatório seja remetido ao Ministério Público para apuramento de responsabilidades.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Terminámos os nossos trabalhos, resta-me apenas marcar a próxima sessão que pode ser em Novembro ou Dezembro, habitualmente é em Dezembro, porque os serviços camarários têm naturalmente as suas limitações e as suas dificuldades em produzir o Plano de Actividades e Orçamento, e acaba sempre por ir parar ao final do mês de Dezembro.

A pergunta que eu deixo à senhora Presidente da Câmara é se há lugar a conseguir fazê-lo antes do Natal, dia 20. Como alternativa, para não ser na última sexta-feira, uma vez que o natal e o Ano Novo calham logo a seguir ao fim de semana, eu sugeria o dia 27, fica mais a meio para quem saiu no Natal e não vem logo no dia seguinte. Poderemos é entretanto estudar com a senhora Presidente da Câmara a possibilidade de ser no dia 20, excepcionalmente, a uma quinta-feira.

Bem vamos ponderar duas datas, o dia 20 ou 27 de Dezembro. Mais próximo da Assembleia, antes de enviarmos a convocatória, acertaremos com a senhora Presidente a data, no sentido de saber se os serviços da Câmara conseguem produzir os documentos antes, porque há gente que se afasta durante toda a semana, entre o Natal e o Ano Novo, fica assim combinado.

Muito obrigado a todos pela vossa presença em mais uma sessão, agradeço a vossa colaboração e despeço-me e até à próxima Assembleia Municipal.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo.-----





APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 20 de Dezembro de 2007, deliberou por maioria, com quatro abstenções. aprovar a acta

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto